



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS
RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA
AMAZÔNIA – PPGEDAM



MAICON SILVA FARIAS

COMUNIDADES EM ZONA DE AMORTECIMENTO DE RESEX MARINHA; A cartografia participativa como instrumento de identificação do território de uso dos pescadores da vila de Caratateua, Bragança-PA.

Belém
2014

MAICON SILVA FARIAS

COMUNIDADES EM ZONA DE AMORTECIMENTO DE RESEX MARINHA; A cartografia participativa como instrumento de identificação do território de uso dos pescadores da vila de Caratateua, Bragança-PA.

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.
Área de concentração: Gestão Ambiental.
Orientador: Gilberto de Miranda Rocha.
Co-orientador: Mário Vasconcellos Sobrinho.

Belém
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Farias, Maicon Silva, 1992-

Comunidades em zona de amortecimento de resex marinha; a cartografia participativa como instrumento de identificação do território de uso dos pescadores da vila de caratateua, bragança-pa. / Maicon Silva Farias. - 2014.

Orientador: Gilberto de Miranda Rocha;

Coorientador: Mário Vasconcellos Sobrinho.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local , Belém, 2014.

1. Áreas protegidas - Bragança (PA). 2. Pescadores - Bragança (PA). I. Título.

CDD 23. ed. 333.9164098115

MAICON SILVA FARIAS

COMUNIDADES EM ZONA DE AMORTECIMENTO DE RESEX MARINHA; A cartografia participativa como instrumento de identificação do território de uso dos pescadores da vila de Caratateua, Bragança-PA.

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.
Área de concentração: Gestão Ambiental.
Orientador: Gilberto de Miranda Rocha.
Co-orientador: Mário Vasconcellos Sobrinho.

Defendido e aprovado em: ____/____/____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho (Co-orientador)
Universidade Federal do Pará / Núcleo de Meio Ambiente

Prof. Dr. Sérgio Cardoso Moraes (Examinador Interno)
Universidade Federal do Pará / Núcleo de Meio Ambiente

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal do Pará / Programa de Pós-Graduação em Geografia.

A minha Mãe Maria Neuza e meu Pai Alcindo
Ramos Farias, meus grandes incentivadores.
Aos meus familiares e amigos próximos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por iluminar o meu caminho durante o processo de elaboração e conclusão deste trabalho.

Agradeço a minha família que me deu apoio e motivação durante todo o processo de elaboração da dissertação.

Agradeço a minha namorada Josyane Mendes que esteve comigo em todos os momentos me apoiando durante a elaboração da dissertação.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha que me auxiliou na definição do objeto de trabalho e na compreensão da problemática relacionada à representação cartográfica.

Agradeço aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia por contribuir para o aprimoramento do trabalho por meio das aulas ministradas durante o curso.

Aos colegas do mestrado que proporcionaram bons momentos durante o período do curso.

Ao Sr Luiz Araujo, representante da Colônia de Pescadores na Vila de Caratateua pela ajuda na mobilização junto aos pescadores para que pudessem ser realizadas as oficinas.

A Sr^a Adriene Paixão, Presidente da Associação de Pescadores e Produtores Rurais de Caratateua, que me auxiliou desde o início do trabalho me explicando o processo de criação da RESEX e como é a dinâmica do trabalho juntos aos pescadores da Vila.

Agradeço aos pescadores da Vila de Caratateua que possibilitaram a realização deste trabalho.

Aos meus familiares no município de Bragança que me acolheram durante as atividades de campo na Vila de Caratateua.

Ao Sr. Fernando Repinaldo, por dispor do seu tempo para me receber e conversar sobre a gestão da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu e contribuir no trabalho da dissertação.

Aos amigos do Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará, em especial a Diretora Andréa dos Santos Coelho, que me ajudou a conciliar o trabalho no instituto juntamente com o período de aulas e a elaboração da dissertação.

" É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática." (Paulo Freire)

RESUMO

As Reservas Extrativistas (RESEX) Marinhas tem como objetivo a proteção dos recursos não florestais como o mangue, os peixes, crustáceos e a manutenção do modo de vida de comunidades de pescadores artesanais. O processo de criação de uma RESEX é realizado por meio de estudos ambientais e socioeconômicos das comunidades, contudo, observa-se que ocorre o processo de inclusão e exclusão de comunidades que vivem e partilhavam o território, que após com a delimitação por parte do Estado, as comunidades do interior da área protegida passam a receber benefícios, regulamentados pela portaria nº3 de outubro de 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, enquanto as que se localizam na zona de entorno sofrem com o processo de exclusão, dependendo dos estudos do Plano de Manejo e da ratificação do Conselho Deliberativo da Unidade para serem consideradas usuárias. Com base nesta problemática este trabalho busca demonstrar, por meio da metodologia de cartografia participativa com utilização de mapas em escala e o conhecimento local dos pescadores da Vila de Caratateua, no município de Bragança, afirmar que seus territórios de uso dos recursos se sobrepõem a área da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, confirmando que os pescadores utilizam de maneira direta os recursos RESEX e devem ser considerados beneficiários de políticas públicas que são oferecidas as comunidades. O mapeamento participativo aconteceu através de oficinas na Vila de Caratateua e contou com a participação de representantes da Associação de Pescadores da Vila de Caratateua e da Colônia de Pesca de Bragança. Os mapas gerados durante as oficinas passaram por um tratamento digital para serem trabalhados em um software de SIG, na qual foram elaborado os mapas finais que afirmam os pescadores como usuários da unidade. Este trabalho irá fornecer contribuições para o debate sobre o território de uso de comunidade ao entorno de unidades de conservação de uso sustentável assim como dar subsídios a metodologia de cartografia participativa para com afirmação do território de uso comum de comunidades.

Palavras-chave: Pescadores, Território, Mapeamento Participativo.

ABSTRACT

The Extractive Reserves (RESEX) Marine aims the protection of non-forest resources such as mangroves, fish, crustaceans and maintaining the livelihoods of artisanal fishing communities. The process of creating a RESEX is accomplished through environmental and socioeconomic studies of communities, however, it is observed that occurs the process of inclusion and exclusion of communities living and shared territory that after the delimitations by the State the inland communities of the protected area started to receive benefits, regulated by Ordinance No. 3 October 2008 by the Ministry of Agrarian Development - MDA, while those located in the surrounding area suffer from the deletion process, depending on the plan studies Management and the ratification of the Board of the unit to be considered users. Based on this problem this paper stresses that through participatory mapping methodology with use of maps in scale and local knowledge of Caratateua fishermen village in the municipality of Bragança, claim that their resource use territory overlap area RESEX Navy Caeté-Taperaçu, confirming that fishermen use a direct way the RESEX resources and therefore should be considered public policy beneficiary communities are offered. Participatory mapping happened through workshops in Caratateua village and with the participation of representatives of the Association of Fishermen of Caratateua village and Cologne Bragança fishing. The maps generated during the workshops went through a digital treatment to be worked in a software GIS, which were drawn up the final maps that say the fishermen in using the unit. This work will provide input to the debate on the community use of the territory surrounding sustainable use of protected areas as well as give grants to participatory mapping methodology for claim with the territory of common community use.

Keywords: Fishermen, Territory, Participatory Mapping

.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa antigo produzido na Babilônia	20
Figura 2. Representação gráfica	23
Figura 3. Aplicação da metodologia de mapas práticos com comunitário no Kenya.	31
Figura 4. Aplicação da metodologia de mapas em escala 1:10.000 com comunitários no Kenya.....	32
Figura 5. Metodologia com uso de Sistema de Informação Geográfica	34
Figura 6. Cartaz da Campanha Nacional pela Regulamentação do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras.	44
Figura 7. Linha do Tempo do processo de criação da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu.	54
Figura 8. Casarão Antigo na Vila de Caratateua na margem do rio Caeté.....	60
Figura 9. Frente da Vila de Caratateua	61
Figura 10. Posto de Saúde da Família da Vila de Caratateua.....	61
Figura 11. Casas da Vila de Caratateua.....	62
Figura 12. Barcos no Porto da Vila de Caratateua.	63
Figura 13. Pescadores retirando pescada amarela do barco para ser levada para a venda	64
Figura 14. Associação de pescadores e Produtores rurais da vila de Caratateua.	65
Figura 15. Pesca com espinhel.	68
Figura 16. Espinhel.....	68
Figura 17. Tipos de estrutura de currais	69
Figura 18. Malhadeira	70
Figura 19 Tarrafa de Linhote e Chumbada.....	71
Figura 20 . Matapi	72
Figura 21. Oficina de mapeamentos do território de uso dos pescadores da Vila de Caratateua.	76
Figura 22. A Presidente da Associação inserindo informações dos pescadores sobre a carta-imagem.	76
Figura 23 Mapeamento final dos pescadores da Vila de Caratateua.	77

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Localização das experiências de mapeamento participativo desenvolvidas com atores locais no Brasil entre 1992 a 2008.....	29
Mapa 2. Localização das Reservas Extrativistas no Brasil.	46
Mapa 3. Localização das Reservas Extrativista Marinhas no estado do Pará.	51
Mapa 4. Localização da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu.	53
Mapa 5. Zoneamento da Reserva Extrativista Marinha Caeté -Taperaçu.	57
Mapa 6. Localização da Vila de Caratateua.	59
Mapa 7 Localização dos portos da Vila de Caratateua.....	66
Mapa 8. Mapa participativo dos pescadores da Vila de Caratateua.	79
Mapa 9. Mapa com a sobreposição das áreas de uso dos pescadores e as zonas de planejamento da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu.	81

LISTA DE ABREVIATURAS

CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores.
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.
ONG	Organização Não-Governamental.
RESEX	Reserva Extrativista.
GPS	<i>Global Position System.</i>
SPG	Sistema de Posicionamento Global.
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura.
MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais.
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores Artesanais.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social.
SIG	Sistema de Informação Geográfica.
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
SIGP	Sistema de Informação Geográfica Participativo.
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.
AI – 5	Ato Institucional Número 5.
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária.
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
PAE	Projeto de Assentamento Agro-Extrativista.
PPCDAM	Programa de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia.
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros.
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais.
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.
UC	Unidade de Conservação.
ZEE	Zoneamento Ecológico – Econômico.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA E TERRITÓRIO	17
2.1 A CARTOGRAFIA: INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO ESPACIAL	17
2.2 UM BREVE HISTÓRICO DA CARTOGRAFIA	19
2.2.1 CARTOGRAFIA TEMÁTICA	22
2.2.2 CARTOGRAFIA SOCIAL	24
2.2.3 CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA	26
2.3 COMPREENDENDO A CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA	27
2.4 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E TERRITÓRIOS DOS PESCADORES.	35
2.4.1 TERRITÓRIO DOS PESCADORES	39
2.4.2 PESCADORES ARTESANAIS E A BUSCA DOS SEUS DIREITOS	40
3. CARTOGRAFIA E RESERVAS EXTRATIVISTAS	45
3.1.1 COMUNIDADES NA ZONA DE AMORTECIMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	48
3.1.2 RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA	49
3.2 A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ TAPERUÇU	52
3.2.1 GESTÃO DA RESEX MARINHA CAETÉ- TAPERUÇU	56
4. A CARTOGRAFIA, PARTICIPAÇÃO E OS PESCADORES DA VILA DE CARATATEUA	59
4.1 COMUNIDADE VILA DE CARATATEUA	59
4.1.1 INFRAESTRUTURA DA VILA DE CARATATEUA	60
4.1.2 ATIVIDADES ECONÔMICAS DA VILA	62
4.2 PESCADORES DA VILA DE CARATATEUA E AS FORMAS DE PESCA	64
4.3 AMPLITUDE ESPACIAL E MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS DOS RECURSOS UTILIZADOS DOS PESCADORES DA VILA DE CARATATEUA	73
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
ANEXOS	91

1. INTRODUÇÃO

No Brasil o conceito de Reserva Extrativista – RESEX surgiu na década de 1990 com a luta, dos seringueiros do estado do Acre, para adquirir a posse coletiva da terra para as comunidades extrativistas em contraposição as empresas madeiras que se instalavam na região. Este processo resultou na criação da primeira Reserva Extrativista¹ com a finalidade de conservação dos recursos florestais e do modo de vida das comunidades. O conceito da RESEX passou a contemplar não somente os recursos florestais, mas também os recursos de áreas litorâneas e as suas comunidades, surgindo as Reservas Extrativistas Marinhas.

Durante o processo de criação e implementação de unidades de conservação, acontece o processo de inclusão e exclusão de comunidades, que anterior à criação compartilhavam do mesmo território de uso, no entanto, a partir da nova configuração territorial algumas comunidades ficam a margem do processo com restrições ao uso do território, geralmente, é o que ocorre em comunidades localizadas na Zona de Amortecimento, que dependem do Conselho Deliberativo da área protegida em conjunto com os estudos do Plano de Manejo para que sejam consideradas usuárias da unidade.

Quando considerados usuários, estas comunidades recebem os benefícios estabelecidos na portaria nº 03 de outubro de 2008 do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA que prevê que as comunidades dentro de unidades de conservação de uso sustentável, na categoria de Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional, possuem os mesmos benefícios junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA como colonos de assentamento agro - extrativista.

Estas comunidades localizadas ao entorno de áreas protegidas precisam ser identificadas como usuárias a partir do seu local de trabalho que, geralmente, é no interior da área, apesar das residências estarem fora dos limites, como ocorre nas Reservas Extrativistas Marinhas com vilas de pescadores distantes dos locais de pesca e do extrativismo dos recursos.

Quando se trabalha a questão relacionada à reivindicação do uso do território por uma determinada coletividade, a cartografia possui ferramentas e instrumentos que possibilitam a identificação e espacialização do território utilizado pelas comunidades. Uma das ferramentas é a metodologia participativa que tem como objetivo representar espacialmente o território

¹ A Reserva Extrativista Alto Juruá, criada em 1980 no estado do Acre com 506 186 ha, por meio do Decreto Nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990.

das comunidades a partir do conhecimento local por meio de oficinas de mapeamento para o levantamento de informações e localização das atividades realizadas pelos comunitários, com o uso de mapas, croquis, cartogramas, desenhos a mão etc. E ao final é elaborado um mapa com as informações obtidas sobre o território de uso.

Esta problemática ligada à comunidade em zona de amortecimento de área protegida com o objetivo de ser considerada beneficiária é encontrada na Vila de Caratateua no município de Bragança, localizada ao entorno da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperuçu criada em 2005. Neste sentido este trabalho tem por objetivo utilizar os fundamentos da cartografia participativa como um instrumento para a identificação do território de uso dos recursos pelos pescadores, a fim de considerá-los como beneficiários da RESEX a partir da espacialização das atividades pesqueiras.

Para o mapeamento do território de uso dos pescadores da Vila de Caratateua, foram realizadas duas oficinas de mapeamento junto aos pescadores da vila. A primeira realizada em 2013, na qual, foi apresentado objetivo do trabalho e o levantamento dos primeiros dados sobre a comunidade e a atividade da pesca como, por exemplo; quais espécies são capturadas, qual o período de pesca e quais os instrumentos utilizados, etc. A segunda oficina foi realizada de 2014, com a aplicação da metodologia participativa com uso da carta-imagem da região, com utilização de imagens do satélite SPOT, capturadas no ano de 2007 com resolução espacial de 2,5 metros cedida pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP. Também foi utilizada a base cartográfica digital do IBGE com escala de 1:100.000 do projeto de mapeamento planimétrico do estado do Pará e Maranhão. Estes arquivos foram trabalhados no software Arcgis 10.1 para a criação do layout para a oficina plotado em papel A0.

Durante a oficina os pescadores informaram os locais de pesca e com o uso de canetas hidrocolor, foram demarcadas as áreas com as suas especificidades. O mapa gerado, durante a oficina, foi digitalizado com uso de uma máquina fotográfica digital inserido em um sistema de informação geográfica – SIG com o software Arcgis 10.1, para o seu georreferenciamento com o auxílio da base cartográfica do IBGE. Após o georreferenciamento foi realizado a vetorização das áreas informadas pelos pescadores com o objetivo de sobrepor os territórios dos pescadores em relação à reserva extrativista. Ao final foi elaborado o mapa com os resultados da pesquisa para análise do território de uso dos pescadores.

Este trabalho é composto por três capítulos. O Capítulo 1 trata sobre a cartografia participativa e território. É apresentada a cartografia e a sua evolução na representação do espaço que gerou novas metodologias como a cartografia social e a cartografia participativa

que possuem como característica a participação da comunidade no processo de mapeamento, no entanto estas se diferem quanto à obtenção de dados a primeira a comunidade que anseia o mapeamento, enquanto na segunda o mapeamento é incentivado.

No segundo momento é trabalhado o conceito de território e territorialidade segundo algumas teorias da geografia com autores como Raffestin, Hasbaert, Saquet e Milton Santos estes autores trabalham sobre o território e as expressões de poder que se estabelecem. Nesta temática sobre o território, também é trabalhado o conceito de território dos pescadores artesanais e a sua luta para o reconhecimento do seu território de uso junto ao Estado.

O Capítulo 2 trata sobre Cartografia e as Reserva Extrativista, pois durante o processo de criação da unidade a cartografia está presente apenas na sua delimitação para elaboração do memorial descritivo e nos estudos para o plano de manejo. Propõe-se que esta ferramenta seja utilizada para o mapeamento do território das comunidades da reserva extrativista e do entorno para o levantamento dos potenciais usuários durante a criação da área.

Neste capítulo é abordado os conceitos de Reserva Extrativista e zona de amortecimento e a problemática ligada a comunidades localizadas na zona de amortecimento para serem consideradas beneficiárias. Ao final é apresentado o local da pesquisa a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu com informações sobre o processo de criação e sua gestão.

O mapeamento participativo realizando junto aos pescadores da vila de Caratateua é tratado no capítulo 3. Inicialmente é apresentada a vila de Caratateua com informações sobre a localização, população, infraestrutura e atividades econômicas. Entre as atividades econômicas temos a pesca da vila, com o uso do espinhel, curral, malhadeira, tarrafa e matapi e as atividades extrativista do caranguejo, camarão e sururu. Por fim são apresentadas as etapas da realização das oficinas de mapeamento participativo assim como os resultados obtidos que demonstram que os pescadores podem ser considerados usuários da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, devido utilizá-la como território de uso para a sua sobrevivência e seu modo de vida como pescadores artesanais do município de Bragança. Ao final propõem-se o uso desta metodologia para as demais comunidades da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu para ser utilizada como instrumento de gestão da área e também para a atualização do Plano de Manejo, pois a sua formulação é participativa e apresenta resultados que demonstram a realidade das comunidades.

2. CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA E TERRITÓRIO

2.1 A cartografia: instrumento de representação espacial

A representação do espaço, por meio de mapas, acompanha a evolução da humanidade desde os primeiros mapas feitos com instrumentos rústicos até os mapas atuais elaborados com a utilização da tecnologia digital com o uso de satélite, GPS, computadores, softwares e a internet, que contribuiu para a sua disseminação.

Apesar da evolução tecnológica, a cartografia permanece com o seu objeto, que consiste em reunir e analisar dados e medidas das diversas regiões da Terra, e representar graficamente em escala reduzida, os elementos da configuração que possam ser claramente visíveis (RAISZ, 1969). Assim como não foi alterada a principal ferramenta do cartógrafo que é o mapa.

O mapa representa o que se conhece da Terra vista de cima, como também detalhes que não são visíveis por si mesmo como, por exemplo, as fronteiras políticas, os paralelos, os meridianos etc. Esta representação é passível de manipulação por parte do elaborador do mapa e do seu objetivo, mas independente do seu objetivo o mapa deve conter os seguintes itens: Escala, sistema de projeção e convenções cartográficas.

O primeiro pode ser conceituado como a relação ou proporção existente entre as distâncias lineares representadas em um mapa e aquelas existentes no terreno. A sua importância está no fato de reconhecer o quanto do espaço real está sendo representado e quais os elementos aparecem no mapa (FITZ, 2008). Enquanto o segundo pode ser definido como um sistema plano formado por meridianos e paralelos, sobre os quais pode ser desenhado um mapa (RAISZ, 1969), ou seja, a projeção permite que a superfície da Terra seja projetada em um plano. Enquanto a convenção cartográfica é um mecanismo que possibilita a melhor compreensão das informações contidas nos mapas, por meio de símbolos que são aceitos internacionalmente, por exemplo, a hidrografia convencionalmente geralmente pela cor azul, vegetação em verde, rodovias em linhas etc.

Os mapas podem ser classificados quanto à escala ou quanto ao assunto, da seguinte maneira: Mapas Gerais, quando apresentam uma escala pequena com informações gerais como, por exemplo, os mapas topográficos, mapa dos países, mapas políticos administrativos etc. Mapas especiais que são confeccionados em grandes escalas com maiores detalhes e informações como, por exemplo, os mapas cadastrais, mapas científicos de diferentes classes, mapas urbanos de planejamento, entre outros. Para este trabalho serão utilizados mapas

especiais, devido à metodologia de mapeamento participativo necessitar de um maior nível de detalhes sobre o território mapeado.

Ressalta-se que juntamente com a elaboração dos mapas é importante a sua leitura e interpretação, pois geralmente o que é ilustrado nos mapas é a representação de uma relação de poder sobre um determinado território, Barbara Lynch (1996), afirma que cartógrafos ajudaram a produzir o “espaço social do desenvolvimento”, por mapas que, neste contexto, possuem outras finalidades, tais como o zoneamento e a gestão da utilização de recursos naturais. A autora enumera tipos de mapeamentos com diferentes funções. Os primeiros mapas de constituição dos Estados estão ligados à penetração, orientação além da identificação das rotas para o interior. Uma segunda vertente da produção cartográfica é a territorialização ou delimitação do traçado do Estado, assim como a definição de propriedades dentro dele. Uma terceira tarefa do mapeamento é a da criação de jurisdições administrativas para facilitar o controle centralizado sobre o território nacional e seus domínios. Um quarto tipo de mapa, é o mapa de zoneamento, prescreve utilizações para o território. (ACSELARD apud LYNCH 1996)

Nesse sentido, observa-se a importância da cartografia como um instrumento que representa o poder de uma classe dominante sobre o espaço sem levar em consideração os demais territórios dentro dos limites do poder do Estado.

Nos dias atuais a ligação entre a cartografia e o poder, é observada quando os dados oficiais relacionados à cartografia são trabalhados em órgão oficiais que afirmam a veracidade da informação, como é o caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE que trabalha com a elaboração e tratamento dos dados de mapeamento topográfico, planimétrico, uso e ocupação do solo entre outros. Para que possam ser disponibilizados a população.

Há outros órgãos que trabalham com dados cartográficos para diversos fins como planejamento e monitoramento de ações de infraestrutura, manejo de recursos, delimitação de terras entre outros. Cada estado da federação possui uma instituição responsável por estas informações, que apesar da difusão de dados via internet, estas informações são restritas ao público sendo utilizada apenas por um determinado grupo de pessoas com acesso aos dados.

Por exemplo, os mapas topográficos de determinadas regiões, são disponíveis ao público em escala de 1:250.000 e 1:100.000, sendo a última a maior escala, contudo para obter mapas com escalas maiores é necessário entrar em contato com a Diretoria de Serviço Geográfico do Exército Brasileiro, na qual, são responsáveis por mapeamento de áreas com maior nível de detalhes.

Nesse sentido ressalta-se, que a cartografia está ligada a representação de poder sobre o território, desde o seu histórico de produção de mapas, que foram desenvolvidos para diversos fins como o planejamento do espaço, o conhecimento do território seja para ações militares quanto para ordenamento. Estes mapas apresentavam somente o território da classe dominante, mas a partir do avanço da tecnologia na elaboração de mapas e sua maior difusão possibilitou as comunidades a representar cartograficamente as suas formas de uso de solo seja utilizando a cartografia convencional ou metodologias novas, como as metodologias participativas de mapeamento.

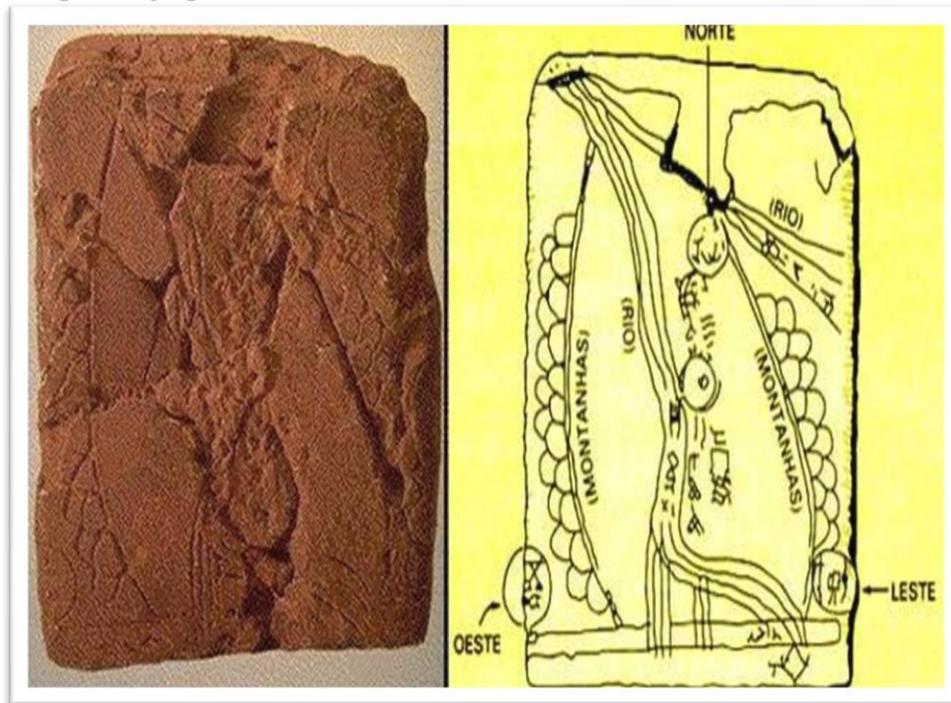
A seguir é apresentado um breve histórico da cartografia, apresentando alguns fatos que contribuíram para o seu aprimoramento até os dias atuais com a cartografia de caráter participativo e de integração social de comunidades antes isoladas do processo de representação espacial.

2.2 Um breve histórico da cartografia

Os primeiros mapas apresentavam uma forma original de interpretação acerca de seus territórios ou domínios, sempre servindo para satisfazer necessidades que foram surgindo nas condições do trabalho humano, para demarcar vias de comunicação, definir lugares de ação e outros (SALICHTCHEV, 1979; MARTINELLI, 2011)

Os primeiros registros da elaboração de mapas, foram confeccionados, por volta do ano 2.500 a. C, pelos Babilônios gravado em uma placa de argila cozida, o mapa mesopotâmico da cidade Gar Sur representando a sua localização, em meio as montanhas e o vale de um rio, provavelmente o Eufrates, conforme a Figura 1. Neste mapa encontram-se as direções norte, leste e oeste indicados por círculos, o que significaria que os mapas da época foram orientados de acordo com os pontos referências. (IBGE, 2013)

Figura 1 Mapa antigo produzido na Babilônia



Fonte: IBGE/Atlas geográfico

Este registro realizado pelos Babilônicos apresenta a necessidade de se representar o território, com o objetivo de conhecer os seus limites para demarcar a sua região, afim de orientar as suas atividades.

Das primeiras civilizações antigas, os gregos foram os que mais contribuíram para o desenvolvimento das ciências esta contribuição se deu por meio dos pensadores e matemáticos que deram subsídios aos estudos cartográficos (IBGE, 2013). Tendo como o objetivo de compreender o espaço para fins militares, navegação e comércio.

Entre os pensadores, destacamos Cláudio Ptolomeu de Alexandria (90-168 D.C.), que foi primeiro a tratar longitude, nos termos semelhantes aos atuais, na sua obra continha o mapa de algumas regiões identificadas por coordenadas geográficas (tomando como origem das longitudes as Ilhas Canárias, também denominadas por ele de afortunadas). (MORALES, 2008).

Enquanto os gregos impulsionaram o desenvolvimento da cartografia através do uso da matemática e astrologia, os romanos pouco se aproveitaram deste conhecimento, o mapas eram utilizados geralmente para solucionar problemas de ordem militar e administrativa (FILHO, 1993). Com o declínio do Império Romano e início da Idade Média, houve pouca contribuição para o aperfeiçoamento na produção de mapas, pois os avanços científicos foram substituídos por uma representação simbólica de caráter religioso. Durante o período das cruzadas e a abertura comercial e o contato com regiões distantes (África e Ásia) contribuíram

para o aperfeiçoamento da cartografia por meio do uso de instrumentos utilizados pelos povos árabes.

No final da Idade Média, com o advento da agulha magnética e a invenção da imprensa, durante o século XV, tiveram grande influência no progresso da cartografia o primeiro permitiu a exploração dos mares, e a intensificação do comércio entre Oriente e Ocidente. O segundo possibilitou a fácil reprodução dos mapas, barateando o seu custo de produção e permitindo maior difusão (MARTINELLI, 2003). A partir desse avanço, retomou-se a utilização das obras de Ptolomeu, no mesmo período foi fundada a Escola de Sagres em Portugal.

Com a Escola de Sagres, a cartografia passou a ser utilizada para a elaboração de cartas náuticas tendo influência renascentista adquirindo um aspecto mais científico. (ANDERSON, 1982). Durante o século XVI, houve uma grande produção cartográfica de diversas escolas cartografia: Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra.

Grandes inovações foram propostas com a apresentação dos mapas de Mercator e Ortelius, estes mapas apresentavam projeção na qual os meridianos eram linhas retas e paralelas, e que formavam ângulos retos com os paralelos, a fim de manter a conformidade das áreas, a separação entre duas paralelas aumenta na direção de cada polo ou em proporção direta com o afastamento dos paralelos em relação ao Equador (ANDERSON, 1982).

A maior investida relacionada aos mapeamentos com apoio de novos conhecimentos deu-se no século XIX com o aditamento durante o imperialismo. Isso fez com que fosse desenvolvido, mediante acréscimos sucessivos, outro tipo de cartografia: a cartografia temática, área de estudos atinentes aos mapas temáticos (ROBINSON, 1982; ROBINSON et al., 1985; ALEGRE, 1964; BORD E BAUDEL, 2004; MARTINELLI, 2011).

A partir desse processo de disputas territoriais, houve uma vinculação mais direta entre a cartografia e as forças armadas, segundo Freitas:

As operações dos grandes exércitos não podiam ser planejadas, nem coordenadas, sem mapas detalhados e precisos, que a cartografia privada não podia fornecer. Para atender a esta necessidade, os exércitos organizaram seus serviços geográficos próprios. (FREITAS apud CARVALHO, 1998, p 24)

Assim, os militares tiveram na cartografia o suporte essencial e fundamental para que pudessem conquistar novos territórios, na medida em que os recursos cartográficos, principalmente os mapas, configuravam-se como instrumentos fundamentais de demarcação de áreas territoriais (FREITAS, 2005).

Durante o século XX, o avanço tecnológico possibilitou o uso de novas ferramentas de precisão para a elaboração e análises de mapas. Com a utilização de imagens aerofotogramétricas, uso de equipamentos eletrônicos como as imagens de satélite e o uso de aparelhos de posicional global (GPS) e com o auxílio do computador passou-se a utilizar a cartografia digital baseada no avanço tecnológico dos sistemas de informações e o uso de software de sistema de informação geográfica (SIG) que auxiliaram no processo de análise de mapas e informações adquiridas de diversas fontes. Este avanço tecnológico da cartografia é evidenciado durante períodos históricos de tensão. Segundo Carvalho “Os conceitos e ideais geopolíticos foram posto em prática, respaldados pelas técnicas de representação do espaço por meio da cartografia, favorecendo prontamente a obtenção, manutenção e ampliação do poder” (CARVALHO, 1998 p. 20).

Observa-se que a cartografia está ligada a concepção de poder e a dominação sobre território, sendo utilizados por uma minoria que a utilizam como ferramenta de planejamento e dominação. No entanto com o advento de novas tecnologias como softwares e satélites de posicionamento, GPS e a internet que auxiliou no processo de disseminação de mapas e metodologias, a cartografia passou a ser digital e se popularizou e por consequência escapou do controle das poderosas elites – as grandes oficinas de mapas do Ocidente, o Estado e, em menor medida, os acadêmicos – foram desafiados devido o trabalho de confecção de mapas, levantamento de dados espaciais e seu mapeamento, está saindo das mãos dos especialistas, possibilitando a criação de novas metodologias cartográficas de representação do território de maneira diferenciada, com uma olhar das classes menos favorecidas que anteriormente não representadas. Dentre estas metodologias destacamos três: Cartografia temática; Cartografia social e Cartografia participativa.

2.2.1 Cartografia Temática

A cartografia temática é o instrumento de expressão dos resultados adquiridos pela geografia, mas, ela própria é uma técnica que pode ser aplicada para projetar no espaço qualquer noção ou ação que se torne necessária representar espacialmente sem que essa noção ou ação faça parte de um sistema de relações (GEORGE, 1970; SANN, 2005).

Com origem no início do século XIX, a partir da demanda de novos mapeamentos de áreas de estudos atinentes aos mapas temáticos que tem obje. Essa demanda não surge de forma espontânea; é historicamente sucessiva à visão topográfica do mundo. (MARTINELLI, 2003; SAKITANI, 2006)

Esta preocupa-se com o planejamento, a execução e a impressão final, ou plotagem dos mapas temáticos, que são aqueles que possuem um tema principal a ser representado. Para se obter-se um bom resultado em um mapa temático, alguns preceitos devem ser respeitados e, como estes mapas se baseiam em mapas preexistentes, deve-se ter um conhecimento preciso das características da base de origem.

Esta representa temas diferentes com ou sem expressão física no espaço. Idéias abstratas podem ser representadas por meio de mapas, por exemplo, as áreas de influência de cidades, a densidade populacional, a produtividade de uma cultura, entre uma infinidade de temas.

Assim, de acordo com esta concepção, o mapa temático reportaria a um número de conjuntos espaciais resultantes da classificação dos fenômenos que integram o objeto de estudo de determinado ramo científico. Deve-se destacar que o mapa faz parte de um meio de comunicação² gráfica e desta forma possui uma função tríplice: registrar e tratar dados, bem como revelar informações nelas seladas. Seu propósito consiste em ressaltar as três relações fundamentais entre conceitos previamente definidos, diversidade (\neq), ordem (O) e proporcionalidade (Q). Essas relações são transcritas graficamente por meio de visualizações da mesma natureza (MARTINELLI, 2003)

Figura 2. Representação gráfica

RELAÇÕES ENTRE OBJETOS	CONCEITOS	TRANSCRIÇÃO GRÁFICA
CADERNO LÁPIS BORRACHA	\neq	▲ ● +
MEDALHA DE OURO MEDALHA DE PRATA MEDALHA DE BRONZE	O	● ● ○
1 kg DE ARROZ 4 kg DE ARROZ 16 kg DE ARROZ	Q	■ ■ ■

Fonte: MARTINELLI, 2003

² A teoria Matemática da comunicação, de Weaver e Shannon, fundamentou a comunicação cartográfica que, por sua vez estabeleceu o mapa como meio de comunicação (Martinelli, 2011 p. 29)

CROQUI - e- um esboço preliminar ou experimental. Contém informações sobre uma pequena área e supre a falta de uma representação cartográfica detalhada (IBGE, 1993).

Ao realizar a cartografia temática deve-se levar em conta a natureza e a convergência tecnológica que concentra o poder da informação na mão de poucos, quase que exclusivamente junto às nações desenvolvidas, excluindo as que ainda estão em desenvolvimento. Diante desse contexto, deve haver maior esclarecimento no sentido de estimular entre os cartógrafos e geógrafos um amplo interesse pelas cartografias sociais e culturais de todos esses avanços da ciência dos mapas. Nesse sentido serão apresentadas as novas formas de cartografia que buscam incluir a participação de grupos menos favorecidos na elaboração de mapas que possibilitem conhecer o seu território e auxiliar no seu reconhecimento perante as políticas do Estado.

2.2.2 Cartografia Social

A cartografia social surge a partir da crítica aos modelos de representação dos mapas. E o uso da teoria crítica cartográfica³, que propõem uma nova concepção de mapa com uma metodologia que tem por objetivo realizar diagnósticos participativos como resultado do reconhecimento do território através de distintos mecanismos com a observação, conversa com a população com abordagens de realidades dos mesmos. Estas informações são refletidas no mapa do território a ser reconstruído (CUBIDES, 2009).

Este processo de construção do mapa, como meio técnico, busca registrar relatos e as representações no processo de automapeamento, além de identificar situações de conflitos na forma de uso do território em questão sendo criados “mapas situacionais”. (ALMEIDA, 2006), este mapeamento constitui um recurso de método para registro da diversidade das situações sociais, mostram situações contingentes, concretas e reveladoras de um determinado momento, passível de alteração, contudo, plenamente possíveis de espacialização, e chamam atenção para um processo de afirmação étnica e identitária, a partir de “realidades localizadas e processos sociais” (ALMEIDA, 2010; LIMA e COSTA, 2012).

³ A Cartografia crítica surgiu nos fins dos anos de 1980, e trata sobre um novo conjunto de praticas cartográficas baseado nos conceitos da teoria critica, e possui como alvo a representações sempre melhores e mais verídicas de uma realidade preexistente. Crampton, Jeremy W. and John Krygier. 2006. "An Introduction to Critical Cartography."

O método busca a utilização do conhecimento local para a elaboração de mapas que apresentam informações adicionais, levando em consideração a forma de como a comunidade mapeada utiliza e reconhece o território, isso é a Cartografia Social.

Para a cartografia social, a importância do mapeamento não está no desenho em si (formato), mas no significado (na subjetividade) do objeto representado, pois a sua representação é pautada num contexto relacional, ou seja, faz parte de um cotidiano interativo do sujeito que mapeia o seu próprio espaço vivido. Com o resultado dessa interação é possível mapear conceitos sociais como: problemas ambientais, situação de conflitos, transporte escolar, trabalho, lazer, histórias de vida e entre outros. (LIMA & COSTA, 2012)

Para a realização da cartografia social, é necessária que a comunidade ou grupo de pessoas almeje este mapeamento com o objetivo de representar os problemas e potencialidades do seu território, esta metodologia é importante para demonstrar a relação da comunidade com o seu território com base na sua cultura do seu modo de vida, diferente da cartografia participativa, na qual o mapeamento é induzido junto à comunidade. (como será explicado no próximo tópico 2.2.3)

Um grande exemplo de cartografia social é o projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA” desenvolvido pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM com a supervisão do Prof. Dr. Alfredo Wagner Almeida, que se baseia na metodologia de que a própria comunidade realize todas as etapas do processo de mapeamento com a utilização de aparelhos de posicionamento global (GPS), sendo que no primeiro momento é realizada uma oficina para o manuseio dos equipamentos. Após esta capacitação os moradores mapeiam o seu território recolhendo os pontos com o GPS do que consideram importante e significativo de seu território. Ao final são levantados depoimentos sobre a história social e os problemas da comunidade.

Na sequência, o PNCSA recolhe as informações das marcações de pontos georreferenciados e os projeta na base cartográfica, inserindo as ilustrações produzidas nos croquis. Essas ilustrações compreendem desenhos, esboços e reproduções de símbolos e objetos (remos, casas, embarcações, instrumentos de trabalho, animais, plantas, etc.) que são transformados, a partir do trabalho da equipe de pesquisadores, em ícones para compor as legendas dos mapas. Simultaneamente, transcrevem-se excertos de depoimentos e selecionam-se os que compõem o fascículo que fica disponível no site do projeto (Nova cartografia social da Amazônia)⁴.

⁴ Metodologia apresentada no site do projeto, disponível em < <http://www.novacartografiasocial.com/>.

O PNCSA é apenas um exemplo da metodologia de cartografia social, a característica marcante desta metodologia é a comunidade atuando em todo o processo de mapeamento e ao final a mesma valida o processo. Porém há outra metodologia de mapeamento, na qual a população é induzida a trabalhar no processo de elaboração de mapas territoriais, esta metodologia chamada de cartografia participativa.

2.2.3 Cartografia Participativa

Durante os anos de 1970, surgiram as primeiras pesquisas com o objetivo de promover a participação da comunidade no processo de decisão sobre o território. Mas somente na década de 1990, surge o conceito de mapeamento participativo que é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento (HERLIHY e KNAPP, 2003; ACSELRAD e COLI, 2008).

Para o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a cartografia participativa é um processo de levantamento de mapa que trata de dar visibilidade à associação entre a terra e as comunidades locais empregando uma linguagem compreensível e reconhecida comumente, a cartografia (FIDA, 2009).

Esta metodologia é comumente utilizada em comunidades rurais, na qual a cartografia participativa é uma alternativa para a obtenção de dados espaciais e simbólicos, onde há informações escassas sobre o uso e a ocupação do solo, com o intuito de compreender e solucionar conflitos e garantir a posse da terra, haja vista, que através da participação da comunidade é possível conhecer os limites territoriais e tomar decisão sobre as questões que envolvem o território (CARRILLO e QUIROZ e NÚÑES, 2012)

A cartografia participativa é uma atividade coletiva guiada entre atores participantes sobre uma base espacial explícita, o produto dos mapeamentos participativos são planificações com um objetivo e uma estratégia para o uso comum realizada com a colaboração de toda a comunidade em um processo aberto e inclusivo. O mapa final vai refletir a experiência coletiva do grupo que produziu o mapa.

Conforme o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA a cartografia participativa se define:

- Por um produto que representa o projeto de uma comunidade. Esta produção de mapa pela comunidade indica informações pertinentes e importantes para sua necessidade e uso.

- Define-se por um conteúdo de mapas que descrevem as informações e o saber local. Os mapas contem nomes, símbolos, escala e principais características de um espaço comunitário e representam um sistema de saber local.
- A cartografia participativa não se define por um nível de conformidade e convenções da cartografia formal. Os mapas participativos não são limitados por um suporte formal; Um mapa comunitário pode ser de desenhos simples ou integrado a um Sistema de Informação Geográfica de tecnologia avançada, portando dos mapas comunitários possuem uma diversidade de apresentação e conteúdos pertinentes a comunidade.

Para Colchester (2002), os mapas comunitários revelaram-se ferramentas úteis para mobilizar a comunidade e gerar debates locais sobre demanda de terras, como, também, para planificar o manejo dos recursos naturais. Dada a especificidade das linguagens técnicas, o controle comunitário e o sentido de propriedade sobre os mapas podem ver-se debilitados, havendo o risco de que as ONGs que fornecem apoio técnico considerem que são elas as donas dos mapas, e não os moradores do local.

Nas palavras de Colchester,

O mapeamento participativo chegou para ficar, como parte do conjunto de ferramentas utilizado pelo movimento indígena. As comunidades descobriram que ele é uma ferramenta poderosa, tanto para o controle, a organização e a criação de estratégias comunitárias quanto para transmitir as visões locais ao exterior. O mapeamento pode ajudar a trazer coerência para o seio da comunidade e reafirmar o valor e a relevância do conhecimento tradicional ao infundir respeito pelos anciãos e pelas práticas tradicionais de manejo dos recursos. (COLCHESTER, 2002, p.11)

Com base na possibilidade de inclusão da comunidade no processo de mapeamento e apresentação da sua territorialidade por meio de símbolos, desenhos, tracejados entre outros, é que este trabalho se utilizará da metodologia participativa para demonstra a relação dos pescadores da Vila de Caratateua em relação à RESEX Marinha Caeté-Taperaçu. Para tanto é preciso entender um pouco sobre esta metodologia e seus objetivos, assim como conhecer um dos seus elementos básico na qual é trabalhada em todos os mapeamentos que é o território e em especial, em comunidades, o conceito de territorialidade.

2.3 Compreendendo a cartografia participativa

As primeiras experiências com a metodologia participativa na elaboração de mapas surgem entre 1950 e 1960 no Alaska e no Canadá, como uma forma de reivindicação do

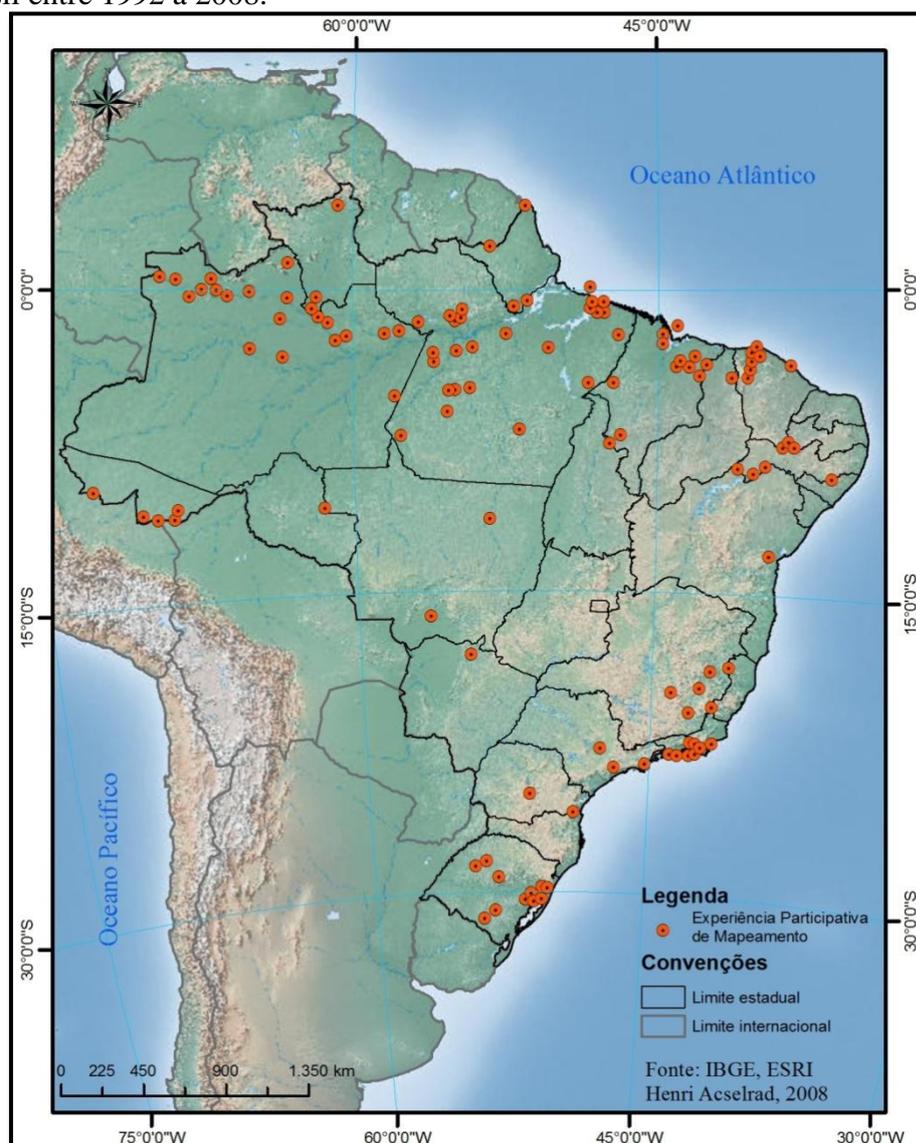
território. No Canadá, os habitantes da região do Quebec, foram contra as tentativas do governo de assimilar às populações nativas a população canadense, por meio da imposição de megaprojetos em seus territórios como a Hidrelétrica James Bay⁵ no Quebec (WEINSTEIN, 1976; CHAPIN et al, 2005). Neste período o governo canadense inicia estudos sobre o uso e ocupação do solo, com o objetivo de reunir informações para a negociação de uma nova legislação que legitime os direitos com as comunidades nativas. No mesmo período em um cenário semelhante estava em andamento no Alasca a Lei de 1971 sobre a resolução das reivindicações territoriais dos povos nativos. Observa-se que no Canadá e no Alasca o uso da cartografia foi determinante para a formulação de novas políticas de disputas territoriais geradas por reivindicações da população sobre a legitimação do seu território.

Estas foram às primeiras ações de aplicação da metodologia de cartografia participativa e questões políticas, no que concerne especificamente ao conflito relacionado entre o uso do solo e de seus recursos. As demais atividades relacionadas ao mapeamento participativo em outras partes do mundo desenvolveram-se de forma independente do que as experiências do Canadá e Alasca. Mapeamento de comunidades tribais e outros grupos na África, Sudeste da Ásia e America Latina, surgiram somente em no início de 1990, com o mesmo objetivo de elaborar documentos para subsidiar reivindicações territoriais. A diferença entre as abordagens participativas ao longo da década de 90 está com relação ao uso combinado das tecnologias do Sistema de Informações Geográficas (SIG), Sistemas de Posicionamento Global (GPS) e o conhecimento local sobre o território.

No Brasil, o projeto Cartografia Sociais e do Território sob a organização de Henri Acelard, em 2008, identificou 118 experiências, conforme o ilustrado no mapa 1, na qual, grupos Indígenas, comunidades Quilombolas, pequenos produtores e extrativistas, membros de associações de moradores urbanos foram envolvidos em práticas de mapeamento dos territórios em que vivem e trabalham. Segundo a classificação de seus próprios promotores, estas atividades foram em sua maioria associadas à delimitação de territórios e territorialidades identitárias, para uma discussão sobre desenvolvimento local para oferecer subsídios aos planos de manejo de unidades de conservação.

⁵ A Hidrelétrica James Bay, em Quebec, Canadá, consiste em oito barragens no estuário La Grande com capacidade total de 15.244 MW. No início do projeto, em 1971, a área ocupada por aproximadamente 6.500 índios Cree, 5.000 índios Inuit e 450 índios Naskapi. (QUEIROZ e VEIGA, 2012)

Mapa 1 Localização das experiências de mapeamento participativo desenvolvidas com atores locais no Brasil entre 1992 a 2008.



Fonte: Projeto “Experiências em Cartografia Social” IPPUR/UFRJ, 2008.

Ao analisar as experiências de mapeamento envolvendo populações locais em diversas partes do Brasil, Acselrad (2008; 2010) mostra que novas questões são postas em jogo nas disputas cartográficas. Pois quando as instituições recorrem ao conhecimento local para identificar as relações produzidas sobre o espaço, estas iniciativas podem servir tanto de produção e controle sobre o território, como para construir direitos territoriais e instabilizar a dominação.

A cartografia participativa tem como objetivo dar subsídios às discussões relacionadas ao uso, ocupação e busca dos direitos dessas comunidades, através da representação cartográfica do território. Os mapas participativos apresentam informações espaciais em diferentes escalas. Eles podem conter a disposição e infraestrutura das cidades (curso d’água,

rotas, transporte ou localização das habitações individuais), igualmente ajudar a representar um grande espaço (conjunto de zonas de utilização tradicional de uma comunidade, com as informações relativas à repartição dos recursos naturais e delimitações territoriais, etc).

Contudo a representação do território não se limita em apresentar informações relativas a características geográficas, mais pode igualmente ilustrar importantes conhecimento sociais, culturais e históricos, como informações sobre a utilização da terra, mitologia e identificação de grupos etnolinguísticos.

A metodologia de cartografia participativa possui diversos usos, que variam de acordo com a necessidade do grupo que as utiliza e também dos recursos disponíveis para sua aplicação (recursos financeiros, software, imagens de satélite, etc.). Os resultados dos mapeamentos participativos são influenciados por certo número de fatores que interagem uns com os outros. Isso compreende a presença de ambientes políticos de decisão favorável ou desfavorável, assim como o papel dos intermediários exterior dentro do processo cartográfico e a complexidade das relações que nascem e evoluem entre as partes interessadas. Portanto, é importante para identificar as boas práticas e se adaptar às iniciativas de mapeamento participativo individuais: estes poderiam ser bem-sucedidos e promover resultados positivos para as comunidades locais no desenvolvimento. A seguir serão apresentadas algumas metodologias apresentadas pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola- FIDA.

- Mapas práticos

A metodologia com uso de mapas práticos compreende na aplicação métodos cartográficos básicos, na qual os membros da comunidade elaboram um croqui do seu território sobre o solo ou sobre o papel, conforme apresentado na figura 3. Estes croquis representam as principais características comunitárias sobre a terra como a localização das casas, agricultura, limites da comunidade, conflitos territoriais entre outros. No entanto estes mapas não possuem medidas exatas, devido não possuírem escala o que dificulta o processo de elaboração dos mapas finais.

Figura 3. Aplicação da metodologia de mapas práticos com comunitário no Kenya.



Fonte: FIDA, 2009

Esta metodologia é um bom ponto de partida para enumerar os problemas importantes relativos ao território, pois ela pode fornecer uma imagem global dos problemas e acontecimento sobre uma larga zona e pode ser útil para familiarizar uma comunidade aos mapas e reforçar a confiança no uso do meio cartográfico. Uma das vantagens da cartografia prática é o seu baixo custo de operação e a não dependência de muita tecnologia, sendo realizadas em pouco tempo e com resultado em curto prazo. Apesar do baixo custo e pouca tecnologia, Os mapas finais encontram dificuldades para serem georreferenciados e podem ser difícil de sobrepor sobre um mapa com escala, e por consequência a dificuldade de uma localização precisa de determinada área. Sobre o uso de mapas em escalas pré-definidas temos outra metodologia de abordagem participativa.

- Mapas em escala

Esta aproximação da cartografia participativa é importante dentro de regiões onde os mapas topográficos ou de escalas estão disponíveis, este método também utiliza imagens áreas e de satélites. Esta metodologia permite trabalhar com participantes que não sabem ler mapas topográficos e/ou com pouca escolaridade, o saber local é identificado por meio de

conversas e a reprodução do território sobre um mapa plotado, com características que permitam a sua leitura (Curso d'água, montanhas, lago, etc.) (Figura 4).

Figura 4. Aplicação da metodologia de mapas em escala 1:10.000 com comunitários no Kenya.



Fonte: FIDA, 2009.

A técnica com mapa em escala constitui um formato adequado para comunicação de informações das comunidades junto a decisões territoriais, pois são respeitadas as convenções cartográficas oficiais (sistemas de coordenadas, escala, projeção, etc.). Os resultados gerados podem ser integrados a outras ferramentas cartográficas (com os SIG). Esta aproximação é relativamente econômica e rápida, uma representação espacial do saber local.

O mapa final permite determinar informações quantitativas (distância, orientações, etc.) que auxiliam na tomada de decisão. A dificuldade encontrada é com relação aos dados espaciais que em certos países os mapas de escala precisam ser regulamentados, e em outras regiões, os mapas podem ser imprecisos e/ou obsoletos.

- Sistema de Informação Geográfica – SIG.

Os Sistemas de Informação Geográfica – SIG são tecnologias informáticas utilizadas para armazenar, extrair, cartografar e analisar os dados geográficos. Esta ferramenta por muitos anos foi considerada de difícil acesso, caras e utilizadas unicamente por especialistas. Após os anos de 1990, foi criado um movimento que utiliza o SIG de forma participativa, procurando integrar o saber local e os dados qualitativos dentro do ambiente computacional destinando os as comunidades. Os usuários dos SIGs participativos geralmente intermediam tecnologias vindas do exterior, trabalhando junto às comunidades para democratizar o uso dessa tecnologia.

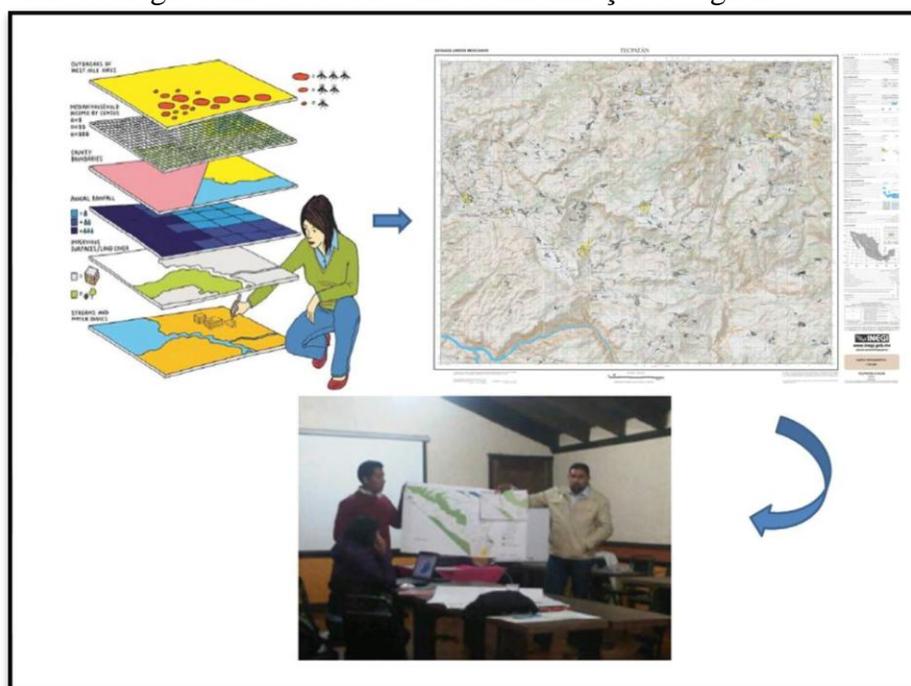
A funcionalidade do sistema de informação geográfica está na capacidade de planificar a gestão dos recursos naturais, pois é possível mesclar dados não oficiais com uma base cartográfica oficial e o uso de outras ferramentas como imagens de satélite e GPS, assim como a manipulação computacional que podem prever cenários futuros, o que possibilita maior exatidão sobre as questões relacionadas ao território.

A metodologia com o uso de sistema de informação geográfica utiliza software e hardware para a elaboração do mapa da região onde ser realizado o mapeamento a partir de um banco de dados com informações geográficas. Este banco é formado por planos de informações chamadas de “layers” que representam o espaço como hidrografia, relevo, infraestrutura etc. Após a elaboração dos mapas é realizada oficinas para que possa ser mapeado do território a partir do conhecimento comunitário com a supervisão de pesquisadores. Durante as oficinas os dados podem ser adquiridos com uso de aparelhos de GPS para maior precisão para subsidiar o processo de tomada de decisão.

Ao final os resultados das oficinas são importados para um ambiente computacional com uso de softwares de sistema de informação geográfica que sobrepõem as informações territoriais da comunidade com uma base de dados oficiais para elaboração dos mapas finais que são apresentados para uma avaliação final para ser utilizada como subsídios a tomada de decisão sobre questões relativas ao território.

Este processo é de mapeamento participativo com o levantamento de informações e elaboração dos mapas com uso da metodologia de sistema de informações geográficas é apresentado na figura 5.

Figura 5. Metodologia com uso de Sistema de Informação Geográfica



Fonte: Adaptado Carrillo, 2012.

Os mapas produzidos a partir do SIG, geralmente, exercem uma certa autoridade, devido a exatidão dos processos computacionais realizados pelos softwares. Uma questão observada na metodologia com SIG é a sua manipulação geralmente realizada por especialistas, havendo a necessidade de treinamento contínuo dos softwares e de novas formações, é grande o número de comunidades que não são capazes de adquirir o SIG nem assegurar a sua manutenção, havendo necessidade de outras instituições realizarem o mapeamento junto aos comunitários.

Com base nestas metodologias apresentadas, para este estudo, fora escolhida a combinação entre o mapeamento com uso de mapas em escala, juntamente com o uso de sistema de informação geográfica. Esta escolha se deu devido a região do estudo, possuir informações mapeadas por órgão oficiais em escala de 1:100.000, e também pelo fato dos pescadores não estarem familiarizados com o uso de computadores e GPS e com o uso de mapas impressos a sua visualização e localização do seu território se torna mais eficaz. Para melhor visualização do território será utilizada carta-imagem de satélite de alta resolução, haja vista que o trabalho baseia-se na localização dos recursos pesqueiros da região, sendo necessária a visualização, por parte dos comunitários, de alguns atributos do território, como ilhas e bancos de areias, que geralmente não são registradas em bases vetoriais.

O uso do SIG é importante para a digitalização dos mapas gerados durante a metodologia de mapas em escala, outro fator é a possibilidade de maior exatidão na

representação final nos mapas, haja vista que o trabalho tem como propósito afirmar que os pescadores da Vila de Caratateua, utilizam os recursos da RESEX Caeté-Taperaçu para sua sobrevivência e reprodução social no espaço. Por estarmos falando de duas representações de territórios diferentes, um oficial estabelecido pelo Estado na forma de Unidades Conservação, e outra de caráter comunitário, criados a partir das experiências empíricas do uso do território anteriores a criação da área. O SIG pode sobrepor estes territórios para demonstrar o uso dos recursos por parte dos pescadores e os potenciais conflitos com os limites da RESEX ou outros problemas ligados ao território.

Ao realizar um processo participativo de mapeamento, é importante conhecer dois conceitos, território e territorialidade, estes conceitos são primordiais para a compreensão inicial sobre o que será mapeado e qual o seu propósito para a comunidade onde serão realizadas estas ações de mapeamento.

2.4 Território, territorialidade e territórios dos pescadores.

Ao trabalhar com mapeamento, seja este participativo ou não, é importante conhecermos os conceitos de território e territorialidade. Estes termos são fundamentais para o entendimento da relação que há entre as pessoas e/ou grupos com o espaço e as manifestações de poder que se estabelecem sobre o mesmo.

O termo território tem sua origem do latim, *territorium*, que, por sua vez, deriva de terra e significa pedaço de terra apropriado (HAESBAERT, 2004). Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, também é trabalhada em outras áreas do conhecimento, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Como a Ciência Política que enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia que destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia que o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, que finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, reduzindo-o até a escala do indivíduo.(HAESBAERT, 2009)

Com este leque de abordagens do conceito de território, este trabalho se prenderá apenas nas abordagens geográficas. No meio acadêmico este é um tema marcado por várias

correntes teóricas que buscam explicar a relação entre espaço e território e a sequência de apropriação dos mesmos, para tanto será tratada, em especial, as correntes teóricas que trabalham a relação do território e da territorialidade sem entrar no bojo das discussões entre território e espaço.

Uma abordagem clássica da Geografia com enfoque Político, iniciada com Ratzel⁶ no início do século XIX, está centrada no processo de Estado - nação, e o território como fonte básica de poder, entendido como um produto físico. Percebe-se que o território é tratado como um espaço de dominação do Estado, este processo é encontrado em algumas políticas como, por exemplo, a dominação territorial durante as políticas de intervenção estadual, como as políticas intervencionistas com base o planejamento de microrregiões, que ocorreu na Amazônia durante o período Militar. (BECKER, 2010)

A atual corrente teórica da geografia política não mantém a vinculação entre território e Estado, considerando que há territórios não subordinados diretamente ao Estado, nesse sentido destaca-se os autores Raffestin (1993), Saquet (2003; 2004) Haesbaert,(2004;2009) e Milton Santos (2000). Estes teóricos discutem sobre a produção, apropriação, controle e uso do território a partir de uma análise, entendendo o território como escala de manifestação do poder no espaço, e também como um mecanismo para reprodução social, que gera uma identidade do grupo sobre o espaço apropriado que é a territorialidade.

Raffestin crítica à forma como os geógrafos tratam essa questão de território e espaço, criando confusão em suas análises. Para o autor o território não se reduz então à sua dimensão material ou concreta; ele é “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” (RAFFESTIN, 1993) que se projeta no espaço, relações estas determinadas, em diferentes graus, pela presença de energia – ações e estruturas simbólicas, ou seja a construção do território é um produto das relações de poder e para compreendê-lo se faz necessário conhecer os atores que compõem esta rede de relações.

Para Saquet (2003 e 2004), o território é um processo de conjugação de forças, de relações e produções interconectadas, com articulações econômicas, políticas e culturais, que variam para cada lugar e momento e/ou período histórico. Estes fatores formam territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais (SAQUET, 2003)

⁶ O período de surgimento do conceito de território tem por base as formulações de Friedrich Ratzel, no contexto histórico da unificação alemã em 1871. O território, para ele, é uma parcela da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, coletividade esta que teria uma necessidade imperativa de um território com recursos naturais suficientes para sua população, recursos que seriam utilizados a partir das capacidades tecnológicas existentes. E, mais importante, o conceito de território ratzeliano tem por referencial o Estado. (SCHNEIDER & TARTARUGA, 2004)

Além das vertentes econômicas, políticas e culturais, o autor também considera a vertente da natureza, que sempre estará presente dentro do território. Saquet assim como Raffestin, afirma que o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob gestão do Estado - Nação (SAQUET apud CANDIOTTO, 2004, p. 81).

Para Haesbaert o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, pois o mesmo está imerso em diversas relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço. “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004 p.95).

Neste sentido, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”, ou seja, o é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” (HAESBAERT, 2004)

Milton Santos durante sua trajetória teórica trabalhou bastante com o conceito de espaço como na sua obra “Por uma geografia nova” (1986) o conceito de espaço é central e compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções. “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (SANTOS, 1986 p.122).

Milton Santos, também trata sobre o território quando utiliza a expressão “Território usado” que constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes (SANTOS 2000). Assim o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem.

O território é à base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2000. P.47).

Ou seja, para Santos o território deve ser observado quanto ao seu uso levando em consideração o trabalho, a residência e as trocas materiais e espirituais por determinada comunidade afim de que possamos compreender como é a sua relação com o lugar, neste sentido utilizaremos a noção “território usado” para a compreensão do “território dos pescadores da Vila de Caratateua”, a partir das atividades executadas pelos pescadores da vila.

Para esta espacialização a noção de território é importante, contudo junto a ela se faz necessário conhecer outro conceito que é o de territorialidade, que é a forma pela qual a comunidade se identifica com o espaço apropriado e o reconhece como seu.

A noção de territorialidade primeiramente foi tratada por naturalista, explicitada em 1920, por H. E. Howard, que a definiu como "a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie". (RAFFESTIN, 1993, p. 14)

Raffestin em sua obra cita três elementos que compõem a territorialidade. O primeiro trata sobre senso de identidade espacial que o grupo apresenta com o seu espaço, o segundo elemento é a exclusividade que completa a identidade, quanto à interação, esta surge de outro nível que é o terceiro elemento que é compartimentação da interação humana no espaço, em comparação aos dois primeiros e é talvez a mais significativa em termos relacionais.

Para o autor a territorialidade per passa pela identidade espacial da comunidade com o seu território adquirido gerando uma identidade exclusiva da comunidade, a territorialidade é o processo final de apropriação do espaço. Para Saquet (2004), a territorialidade é composta por relações políticas, econômicas e culturais, e sociais que se efetivam em diferentes redes de um determinado campo de forças. A formação das redes de circulação e comunicação contribui para o controle do espaço; elas agem como elementos mediadores da re-produção do poder da classe hegemônica e interligam o local ao global, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos, grupos ou classes sociais. (VALE et al, 2005) Ou seja, a territorialidade é fruto das relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica para sobreviverem biológica e socialmente.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar." (SACK, 1986; HAESBAERT, 2009; MARIANI & ARRUDA, 2010). Ou seja, todos os grupos ou comunidades apresentam territorialidade a partir do momento que utilizam recursos para sua sobrevivência e dão significado ao espaço e o reproduzem.

Neste sentido esta pesquisa tratará sobre a territorialidade do uso dos recursos pesqueiros do território dos pescadores da Vila de Caratateua no município de Bragança, esta territorialidade local, após espacializada sobre um mapa da região, poderá ser utilizada como subsídio para o planejamento participativo de ações para a Reserva Extrativista Marinha Caeté - Taperaçu, como afirma Becker (2010), as territorialidades locais que emergem, na Amazônia, são um desafio para as políticas públicas, que geralmente trabalham com o planejamento de macrorregiões, sem levar em consideração a diversidade de territórios que estão na região. Por exemplo, a reivindicação dos pescadores artesanais que buscam o reconhecimento do seu território de trabalho que apesar das políticas de apoio as comunidades como a criação de Reservas Extrativistas por meio da reivindicação popular, os pescadores estiveram a margens desde processo, apesar de se constituírem como uma das primeiras organizações comunitárias do Brasil.

2.4.1 Território dos Pescadores

Para a compreensão do território dos pescadores, é importante conhecer atividade da pesca, e o seu realizador, o pescador. A pesca é considerada uma das primeiras atividades na história da humanidade, remonta desde os tempos antigos. Apesar de tradicional esta atividade não recebeu a devida atenção, sendo encontradas poucas iniciativas para o beneficiamento dos pescadores para considerá-los como cidadão dotado de direito.

A atividade da pesca, segundo a Lei nº 11.959, é toda a operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, e apreender ou capturar recursos pesqueiros, que são os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, subsistência, científica, comercial e pela aquicultura. Enquanto o pescador poder ser categorizado em pescador artesanal, amador e profissional.

O primeiro é classificado segundo a tecnologia utilizada como os barcos de madeira construídos artesanalmente movidos à vela ou a motor, os apetrechos de pesca, e os métodos de detecção de cardumes de peixes serem realizados com base na experiência e observação dos pescadores; e a precariedade dos meios de produção na captura e na conservação do pescado (FURTADO, 1981).

O segundo é classificado quando à atividade da pesca é considerada como um esporte que com objetivo de capturar o maior peixe do rio, levando em consideração a “briga” entre o pescador e o peixe. O terceiro é o pescador vinculado direta ou indiretamente a uma pessoa

jurídica e exerce a pesca com fins comerciais. Apesar da classificação dos pescadores, é necessário conhecer como estes tratam o seu território e como este é reconhecido.

O território dos pescadores é uma problemática que envolve diversos atores, sendo um objeto de estudo das ciências humanas, pois os pescadores são capazes de delimitar o espaço, através das suas práticas cotidianas e representá-los por meio de suas construções sociais, formando uma malha política que faz emergir as forças localizadas do espaço. (GUEDES, 2009)

Ao falar do território dos pescadores, temos que definir qual categoria a ser trabalhada, artesanal ou industrial. Neste trabalho será discutida a questão do pescador artesanal, pois estes indivíduos produzem o seu território em um meio aparentemente indiviso e grande (CARDOSO, 2001). Este território é criado a partir da apropriação do território, através do seu trabalho de obter recursos do meio para a sua sobrevivência, o pescador delimita a sua área de pesca, com a utilização dos seus conhecimentos fundamentada em um aprofundado conhecimento acerca dos recursos, suas variedades, seus ciclos reprodutivos, seus hábitos das formas de manejo apropriadas, que por consequência geram a territorialidade desses pescadores que é respeitado e reconhecido pelos demais como uma forma de respeito.

Esta de apropriação do território pesqueiro é construída pelos pescadores a partir do trabalho de apropriar a natureza, trata-se de territórios que podem ser delimitados mesmo na fluidez do meio aquático e sobre os quais os pescadores exercem algum tipo de domínio, ainda restando o desafio do reconhecimento destes pelas demais esferas sociais (CUNHA 2011).

2.4.2 Pescadores Artesanais e a Busca dos Seus Direitos

A primeira organização dos pescadores foram as colônias de pesca no início do século XX, que surgiram após a criação da Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral Brasileiro, que em 1921, executou a “Missão Villar”⁷, que levantou a situação de vida dos pescadores e sua atividade no litoral brasileiro, e auxiliou na criação das colônias de pesca nos estados. Esta foi à primeira ação do Estado sobre os pescadores que tinha como objetivo a dominação sobre os pescadores artesanais, esta dominação apresentava o propósito militar de proteção do

⁷ Missão Militar sob o comando de Frederico Villar, com a utilização do Cruzador da Marinha Brasileira “José Bonifácio”. Esta missão gerou o relatório que apresentou a realidade na qual viviam os pescadores da Costa Atlântica Brasileira: Situação de Pobreza, desassistidos e só lembrados na época de eleição (Furtado, 1981; Arcanjo 2010)

território brasileiro, fato evidenciado que as colônias estavam subordinadas a Marinha do Brasil.

O primeiro estatuto das colônias de pescadores data de 1º de janeiro de 1923, assinado sob a forma de aviso, proveniente da Marinha. As colônias eram definidas como agrupamento de pescadores ou agregados associativos. Para desenvolver a atividade pesqueira os pescadores eram obrigados a se matricular nas colônias. Em 1920 foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil. Até então, as relações instituídas entre pescadores e Estado se caracterizavam pelo paternalismo e pelo assistencialismo. (MORAES, 2002).

As colônias dos pescadores, apesar de ter constantes reclamações por conta da precariedade da infraestrutura para o seu funcionamento, a Colônia de Pescadores continuam sendo a organização social mais forte dos pescadores artesanais. Muitas das conquistas em benefício da melhoria de segurança e de vida desses pescadores são frutos dessas associações que, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, passaram a exercer novos papéis, sendo consideradas como organização de ordem sindical. (ARCANJO, 2010)

Segundo a Constituição Federal - CF de 1988, em seu art. 8º, parágrafo único, “as disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores atendidas às condições que a lei estabelecer”.

Atualmente, existe outro regulamento para as Colônias de pescadores, aprovado por meio de Lei Nº 11.699, de 13 de junho de 2008, que revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Entre outras providências, a Lei dispõe que:

Art 1º - As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal.

O processo de reconhecimento dos pescadores pelo Estado pode ser compreendido em três acontecimentos, segundo MORAES (2013). O primeiro foi à constituição das colônias de pesca durante o início do século XX, a segunda foi com a instituição do Estado Novo, durante o governo do Presidente Getúlio Vargas, que a organização dos pescadores passou por algumas mudanças, através do decreto nº 3.134/33 foi criada a Divisão de Caça e Pesca cujo objetivo seria gerenciar a pesca no país. Os pescadores deixaram de estar subordinados ao Ministério da Marinha e passaram para controle do Ministério da Agricultura. Este elaborou o

primeiro Código de Pesca em janeiro de 1934, subordinando os pescadores à Divisão de Caça e Pesca.

O terceiro momento acontece na década de 1970, quando a organização dos pescadores passou trabalhada na Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE. Contudo com o golpe militar (1964), as relações entre o Estado e os movimentos sociais, de um modo geral, foram cortadas culminando com fechamento dos sindicatos. Contudo o código de pesca foi instituído, em pleno AI-5⁸ do regime militar, através do Decreto nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, estabelecendo as normas para o exercício da atividade da pesca, hoje o código de pesca é estabelecido pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2008.

Juntamente com estes momentos apresentado por Moraes, destacamos a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, em junho de 2009, que pode ser considerado o quarto marco importante para os pescadores. Haja vista que até então não havia um ministério no Governo Federal que trabalhasse com políticas públicas voltadas para o setor pesqueiro.

No estado do Pará foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), em 2003, que se tornou Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura (SEPAq) por meio da Lei Estadual nº 7.019, de 24 de julho de 2007, na qual está prevista sua missão, atribuições, instrumentos de política e estrutura organizacional. Foi resultante das lutas e anseios da categoria dos pescadores.

No âmbito nacional, ressalta-se a aprovação da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Nessa Lei são definidas as atividades de aquicultura e pesca, bem como os seus profissionais, incluindo pescadores amadores, pescadores profissionais, armadores de pesca, empresa pesqueira, embarcação brasileira e estrangeira de pesca e áreas de exercícios de atividade pesqueira. Trata, também, da “sustentabilidade dos recursos pesqueiros através do poder público conciliando, o que é sustentável na questão dos recursos pesqueiros e a obtenção dos melhores resultados econômicos e sociais”.

Observa-se que anterior à criação do Ministério da Pesca e a atualização do código de pesca, a organização dos pescadores esteve ligada as Colônias de Pesca e o Conselho Pastoral de Pescadores - CPP⁹, sendo o primeiro subordinado ao Estado, e o segundo é uma organização que apoia os pescadores na busca dos seus direitos.

⁸ Ato Institucional número 5 foi instituído em 13 de dezembro de 1968, e nas suas resoluções, suspendia-se os direitos políticos, e proibia-se atividades e manifestações sobre assuntos dessa natureza, condicionando a infração a severas penalidades, desde a liberdade vigiada ao domicílio determinado. Para garantir a ordem, os quartéis mantiveram-se em rigoroso regime de prontidão, e mobilizaram-se integralmente as Polícias Federal, Militar, Civil e a Guarda Civil.

⁹ A Pastoral dos Pescadores foi fundada nos finais do ano de 1960 O princípio do CPP é promover o serviço pastoral aos pescadores e pescadoras, tendo como finalidade o protagonismo social e político, fortalecer e

Em 1984 os pescadores artesanais se organizaram em um movimento que teve como marco a Constituinte de Pesca, que surgiu em decorrência da IV Assembleia Nacional dos Pescadores, onde pescadores, agentes pastorais vinculados ao Centro Josué de Castro, discutiram a necessidade de transformação do sistema de representação da categoria, este movimento mobilizou pescadores de todo o país, visando incluir seus direitos na nova Constituição que estava em elaboração nos anos 80 (CARDOSO, 2005).

Um das conquistas do movimento Constituinte de Pesca foi inserção das colônias de pesca aos mesmos princípios que regem os sindicatos urbanos, a partir da inclusão do parágrafo único, do Artigo 8º da Constituição Federal aprovada em 1988. Após esta conquista, os delegados presentes no VI Encontro da Comissão Nacional da Constituinte da Pesca, realizada em 1988, decidiram instaurar um novo movimento o MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores. Com objetivo principal de conseguir buscar a credibilidade dos pescadores e avançar nas conquistas das estruturas oficiais de suas representações, fortalecendo-as e assegurando a autonomia política e econômica por melhores condições de vida e trabalho. (JÚNIOR, 2007)

Os pescadores artesanais organizados em colônias de pesca, no Movimento Nacional dos Pescadores e no Conselho Pastoral dos Pescadores, obtiveram algumas conquistas como o direito previdenciário aos pescadores. Para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o pescador artesanal é aquele que, individualmente ou em regime de economia familiar, faz da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida. E garantido o direito de seguro-desemprego (seguro defeso), organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Benefícios como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade entre outros.

Apesar das conquistas no âmbito social, os pescadores estão lutando para que o seu território de pesca seja reconhecido, pois apesar de serem consideradas populações tradicionais, não há uma lei específica como os povos indígenas e as comunidades quilombolas. A partir desse contexto o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) juntamente com o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), lançaram uma campanha a nível nacional para a regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras (Figura 9).

promover as relações de igualdade de gênero, incentivar o trabalho coletivo e a zelar para que aconteçam gestões baseadas nos princípios democráticos das organizações da categoria. Atualmente O CPP está organizado em quatro regionais: Nordeste (Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte); Ceará (Ceará); Bahia (Litoral e Sertão) e Regional (Pará.)

Figura 6. Cartaz da Campanha Nacional pela Regulamentação do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras.



Fonte: Blog do Movimento dos Pescadores e Pescadoras, 2014.

A campanha pelo Território Pesqueiro foi lançada em Brasília/DF, em Junho/2012 e busca a assinatura de 1% do eleitorado brasileiro (equivalentes a 1.406.466 assinaturas) através de um abaixo assinado, para a criação de uma lei de iniciativa popular que regulamente o território das comunidades tradicionais pesqueiras. O movimento quer envolver o conjunto da sociedade neste debate para construir instrumentos legais, que sirvam como instrumento de luta para a preservação do território dos pescadores para efetivação dos direitos dos pescadores e pescadoras artesanais no Brasil que são responsáveis por 70% da produção de pescado que chega à mesa da população (MPP,2014).

Um exemplo de reconhecimento da reivindicação territorial dos pescadores é a criação de Reservas Extrativistas Marinhas com o objetivo de manter o direito ao uso dos recursos dos pescadores artesanais, contudo este reconhecimento deve levar em consideração a territorialidade local dos pescadores com uso de metodologias participativas para o mapeamento dos recursos pesqueiros do território dos pescadores.

3. CARTOGRAFIA E RESERVAS EXTRATIVISTAS

As Reservas Extrativistas - RESEX são espaços territoriais protegidos pelo poder público e destinado à exploração por populações que utilizam tradicionalmente recursos de base extrativa, reguladas por contrato de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável. (ALLEGRETTI, 1994 p. 19).

A RESEX é uma categoria de Unidade de Conservação - UC¹⁰, enquadrada como área de Uso Sustentável, na qual é permitido o uso dos recursos por parte dos moradores para sua sobrevivência. Regido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC, instituído por meio de Lei 9.985/00.

Segundo o SNUC, RESEX é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos da unidade. (Art 18º Lei 9.985/00)

As primeiras raízes do conceito de Reserva Extrativista foram plantadas em solos amazônicos por seringueiros que buscavam a manutenção de seu modo de vida dependente do extrativismo de diversos recursos florestais, dos quais se destacavam o látex da seringueira nativa (*Hevea brasiliensis*) e a castanha do Brasil (*Bertholetia excelsa*). (MOREIRA, 2000) Foram os empates¹¹ que, no início da década de 80, chamaram a atenção de entidades nacionais e internacionais para a situação dos seringueiros.

Os primeiros resultados concretos desta organização foram fundamentais para a consolidação da proposta de Reservas Extrativistas. Esta proposta foi sendo incorporada aos poucos pelo poder público, e integrou ao Programa Nacional de Reforma Agrária em 1987, por meio dos Assentamentos Agro-Extrativistas - PAEs e a partir de 1989, no Programa Nacional de Meio Ambiente (ALLEGRETTI, 1994, p. 19). Estes novos modelos de assentamentos rurais, foram uma forma de contraposição ao modelo de assentamento que previam que os colonos deveriam desmatar as lotes para a pecuária e a agricultura.

¹⁰ As Unidades de Conservação (UC) são definidas em dois grupos, áreas de proteção integral e áreas de uso sustentável. O primeiro possui como característica e preservação dos recursos com a proibição do uso da área e consequentemente a permanência de pessoas nas unidades de proteção integral, são consideradas UC de proteção integral segundo o SNUC: parques, Reserva Biológica - REBIO, Estação Ecológica - ESEC e Refúgio de Vida Silvestre - REVIS. Enquanto as áreas de uso sustentável permitem o uso da área e a permanência de comunidades na unidade. São consideradas UC de Uso Sustentável: Áreas de Proteção - APA, Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE, Floresta Nacional - FLONA, Reserva Extrativista - RESEX e Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS.

¹¹ Ação promovida pelos seringueiros para impedir o desmatamento nas áreas de seringal, que constituiu a bandeira de luta do movimento dos seringueiros.

O Brasil possui 87 Reservas Extrativistas, na sua maioria sob jurisdição federal, totalizando uma área de 14.469.256,18¹² de hectares, a região Amazônica possui 71 RESEX com 14.006.848,25 hectares. (mapa 2).As Primeiras RESEX foram instituídas em 1990, enquanto nos anos de 1995 e 2005 apresentam o maior número de unidades criadas 19 e 10 respectivamente, este dois períodos deve-se ao fato da criação do projeto RESEX¹³, que ajudou a na criação de unidades de conservação em 1995 enquanto em 2005 está relacionado da elaboração do PPCDAM¹⁴.

Mapa 2. Localização das Reservas Extrativistas no Brasil.



Fonte: ICMBio 2014
Elaboração: FARIAS, 2014

¹²Dados a partir da base digital cartográfica do Ministério do Meio Ambiente.

¹³ Projeto criado em parceria do Banco Mundial e o PPG7 com objetivo desenvolver e testar abordagens apropriadas de gestão social, econômica e ambiental de quatro reservas extrativistas, baseadas no refinamento do conhecimento e das práticas tradicionais das populações locais. MMA, 2014.

¹⁴ Plano de Ação e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, criado em 2004 em resposta as altas taxas de desmatamento na Amazônia, na qual prevê a criação de 25 milhões de hectares de áreas protegidas. MMA,2014.

A gestão das RESEX deve ser realizada pelo órgão responsável pela sua criação, na esfera federal o ICMBio, já nos estados e municípios fica a cargo das secretarias de meio ambiente. O sistema nacional de unidades de conservação prevê que para a gestão e necessário ser criado um conselho gestor de caráter deliberativo com membros da sociedade civil e instituições do poder público.

Dois instrumentos são utilizados para a gestão são eles: Plano de Utilização e o Plano de Manejo. O primeiro define as regras de uso no interior da RESEX, enquanto o segundo é um documento que orienta a administração da unidade de conservação. O Plano de Utilização será elaborado com a participação da população beneficiária da unidade. O Plano de Manejo é elaborado por um Grupo de Trabalho que deverá ser instituído no âmbito do conselho Deliberativo.

Este plano é desenvolvido de maneira participativa por meio de oficinas com a comunidades de compõem a unidade, os pontos a serem trabalhados no plano de utilização são as intervenções a serem realizadas na reserva, como por exemplo a exploração dos recursos florestais, como frutos, óleos, essências e mesmo madeiras na parcela ideal, atribuída a cada morador.

Caso os moradores da RESEX decidam utilizar outro produto da mata, posteriormente à aprovação do Plano de Utilização pelo IBAMA, só poderá fazê-lo mediante a elaboração de um Plano de Manejo Simplificado, que descreverá a capacidade de produção sustentável da floresta, em consonância com o Plano de Utilização e o Programa Nacional de Reserva Extrativista. O Plano de Manejo Simplificado terá que ser aprovado pela Assembleia Geral da Associação.

O processo de Criação e Legalização de Reservas Extrativista é baseado na participação da comunidade desde a solicitação até o processo final de gestão com o conselho e a elaboração do plano de utilização e de manejo, porém deve-se “as atividades materiais e os processos simbólicos progressivos que transformam tanto as propriedades socialmente significativas ou as capacidades operacionais dos objetos, quanto os aspectos significativos das relações entre pessoas e coisas, entre o mundo humano e o material”. Dessa perspectiva, a fabricação de uma Unidade de Conservação abrange o que está aquém e além do ato do poder público que a(s) cria. (BARRETO, 2001; ACSERLARD, 2008)

E importante destacarmos a questão da cartografia nas reservas extrativista, pois ela é expressa unicamente para a definição dos limites que é realizado com base nos diagnósticos dos meios biótico, físico e social, o resultado final e a delimitação da área com as coordenadas geográficas que irão compor o memorial descritivo da unidade.

O histórico das RESEX basear-se no automapeamento dos seringueiros a partir da sua territorialidade que foi utilizada como subsídio para a definição dos limites da reserva (ACSELARD, 2008). No entanto, atualmente não se observa este processo por parte dos comunitários para a definição dos limites das unidades propostas cabendo ser utilizada essa metodologia cartográfica para o mapeamento das territorialidades locais para subsidiar os estudos de criação das RESEX e também para a gestão das mesmas.

Com a definição dos limites das unidades e após a sua homologação por meio do decreto de lei temos a problemática de inclusão e exclusão de comunidades, que anterior à criação conviviam em um território comum, no entanto, agora estão divididas por um novo território instituído pelo Estado. Configurando-se em dois tipos de comunidades as que estão dentro dos limites da área protegida e as comunidades que se localizam no entorno da unidade que pela legislação, devem ser trabalhadas nos planos de manejo e utilização.

3.1.1 Comunidades na Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação

A zona de amortecimento é segundo o sistema nacional de unidade de conservação o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. Anteriormente as zonas de amortecimento eram regulamentadas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, que em 1990, que dizia: “nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente”. (Art. 2º Res. 13/90 CONAMA). Ou seja, mesmo fora dos limites da UC, qualquer atividade com potencial impacto ambiental deve ser licenciada junto ao órgão ambiental.

Com a regulamentação do sistema nacional de unidade de conservação os limites das zonas de amortecimento serão definidos “no ato de criação da unidade ou posteriormente”. Desta forma, cada unidade deverá ter sua zona de amortecimento estabelecida de acordo com as características próprias de seu entorno e das atividades que ali são desenvolvidas.

Contudo a questão a ser trabalhada não está somente na definição da zona de amortecimento, mas também de como será a estratégia para gerir as comunidades do entorno que podem ser usuárias da área protegida. Pois em 2008, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, publicou a portaria Interministerial nº 3 de 03/10/2008, na qual reconhecem os povos e comunidades tradicionais das unidades de conservação das categorias de Reserva

Extrativista – RESEX, Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS e Floresta Nacional – FLONA, como potenciais beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

A partir desta portaria os comunitários passam a serem potenciais beneficiários do INCRA o que lhe dá direito à posse permanente ou temporária da terra, uso dos recursos naturais, acesso ao programa Bolsa Verde¹⁵, moradia subsidiada pelo INCRA, assistência técnicas e extensão rural – ATER, entre outros. No entanto esta portaria não esclarece se estes benefícios se ampliam para as comunidades localizadas na sua zona de amortecimento e quais os mecanismos a serem utilizados para a comprovação real do uso do território por parte dos comunitários do entorno. A portaria apenas afirma no seu artigo 3º que ao se tratar de RESEX e RDS, caberá ao conselho deliberativo da unidade analisar e aprovar os cadastros dos beneficiários e os projetos técnicos que serão implantados por força deste instrumento, considerando as viabilidades e compatibilidades econômica, social e ambiental.

Observa-se que não há instrumentos regulamentados para a comprovação do uso do território por parte das comunidades do entorno de RESEX e RDS, sendo estas subordinadas ao conselho deliberativo que deverá conter membros que os representem na tomada de decisão. Uma questão a ser observada é a exclusão dos não comunitários e a falta de gerenciamento de área de exploração de outros recursos naturais podem levar a conflitos na área do entorno (CHAMY 2008).

Uma alternativa é o uso da metodologia de cartografia participativa, pois esta técnica permite a sobreposição dos territórios, da unidade de conservação e o território real de uso dos comunitários, que permitir analisar o processo de potenciais comunidades como usuárias da unidade.

3.1.2 Reserva Extrativista Marinha

A Reserva Extrativista Marinha possui como característica a conservação de um ecossistema sensível, o mangue¹⁶, que possui diversas espécies de animais e plantas que são utilizados por comunidades tradicionais para sua sobrevivência.

A criação das RESEXs Marinhas busca promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social de populações de pescadores artesanais. Esta é uma forma de reconhecimento

¹⁵ O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, lançado em setembro de 2011, concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental. MMA, 2014.

¹⁶ Ecossistema Litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos a ação de maré, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, a vegetação natural conhecida como mangue, influência flúvio-marinha, típica de solos limosos de regiões de estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os estados do Amapá e Santa Catarina. Resolução CONAMA 303/2002.

do direito destas comunidades aos seus territórios originais de reprodução social e econômica. A apropriação desses espaços dá origem a territórios de pesca. (CARDOSO, 2001).

A implantação da primeira reserva extrativista marinha, foi motivado pela exploração do berbigão (*Anamolocardia brasiliiana*), um molusco intensamente explorado no estado de Santa Catarina na década de 1980. A extração desordenada desta espécie levou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis a implantar uma fazenda experimental Marinha em 1989, em parceria com pescadores locais, visando avaliar a sustentabilidade desta atividade. (BALLARINI, 2012)

Segundo SALES e MOREIRA (1996), os resultados desta iniciativa motivaram os pescadores a reivindicar junto ao IBAMA a criação de uma RESEX na área, resultando na criação da RESEX do Pirajubaé no ano de 1992 (Decreto-Lei nº 533 de 20/05/92), a primeira RESEX Marinha implantada no país.

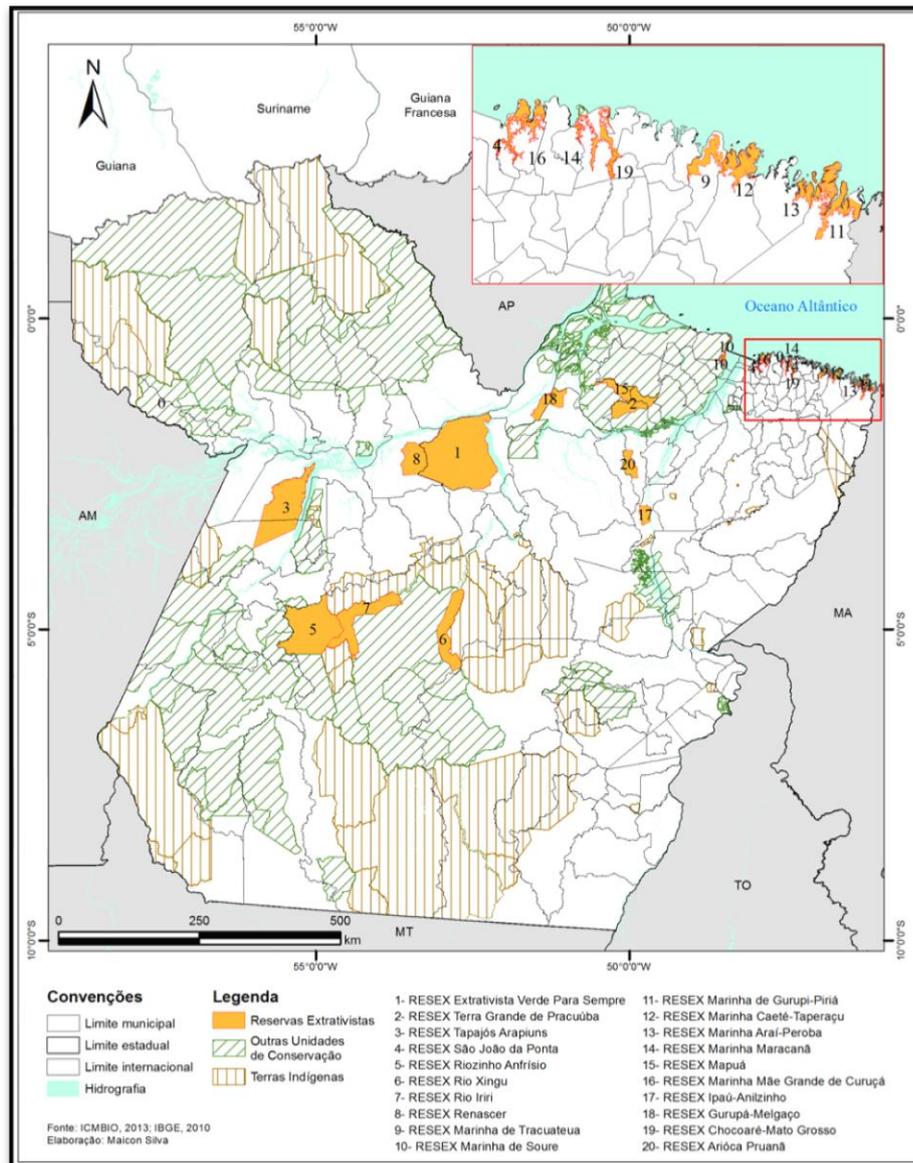
A criação desta nova categoria de unidade de conservação de uso sustentável visa à melhoria das condições de vida dos moradores locais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, a implantação desta unidade tem como objetivos: i) conservar uma grande área de manguezais e ii) demonstrar que o conceito de reserva extrativista pode ser expandido para recursos não florestais (BALLARINI,2012), pois as reservas extrativistas estavam atreladas ao seu conceito histórico de extrativismo florestal realizado por comunidades.

Todas as Reservas Extrativistas Marinhas criadas, são Federais¹⁷ geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza (ICMBio) a sua gestão é regulamentada pelo SNUC que prevê que as reservas extrativistas são geridas por um conselho deliberativo residido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e populações tradicionais residentes na área, e suas atividades serão condicionadas ao plano de manejo, elaborado e aprovado pela comunidade.

O estado do Pará possui nove (09) Reservas Extrativistas Marinhas criadas durante a década de 2000, estas unidades estão localizadas na região do Marajó e Nordeste Paraense, abrangem uma área de 2.429,96 km², Conforme exposto no mapa 3.

¹⁷ As Reservas Extrativistas Marinhas (REM), são terrenos exclusivos da Marinha, e portanto federais. CHAMPY, 2008.

Mapa 3. Localização das Reservas Extrativista Marinhas no estado do Pará.



Fonte: ICMBio,2013.

As RESEX Marinhas no estado do Pará estão localizadas nos municípios de Soure, Tracuateua, Maracanã, Curuçá, Bragança, Augusto Corrêa e Viseu, estes possuem como característica a presença de comunidades de pescadores artesanais e produtores rurais que sobrevivem da agricultura e o extrativismo dos recursos marinhos. Para o nosso estudo será trabalhada a RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, localizada no município de Bragança, criada em 2005, como resultado de reivindicação dos pescadores artesanais da região para a proteção a área e do seu modo de vida. A área foi definida devido à região ser um polo de pesca e referencia para os municípios da região nordeste paraense.

3.2 A Reserva Extrativista Marinha Caeté Taperaçu

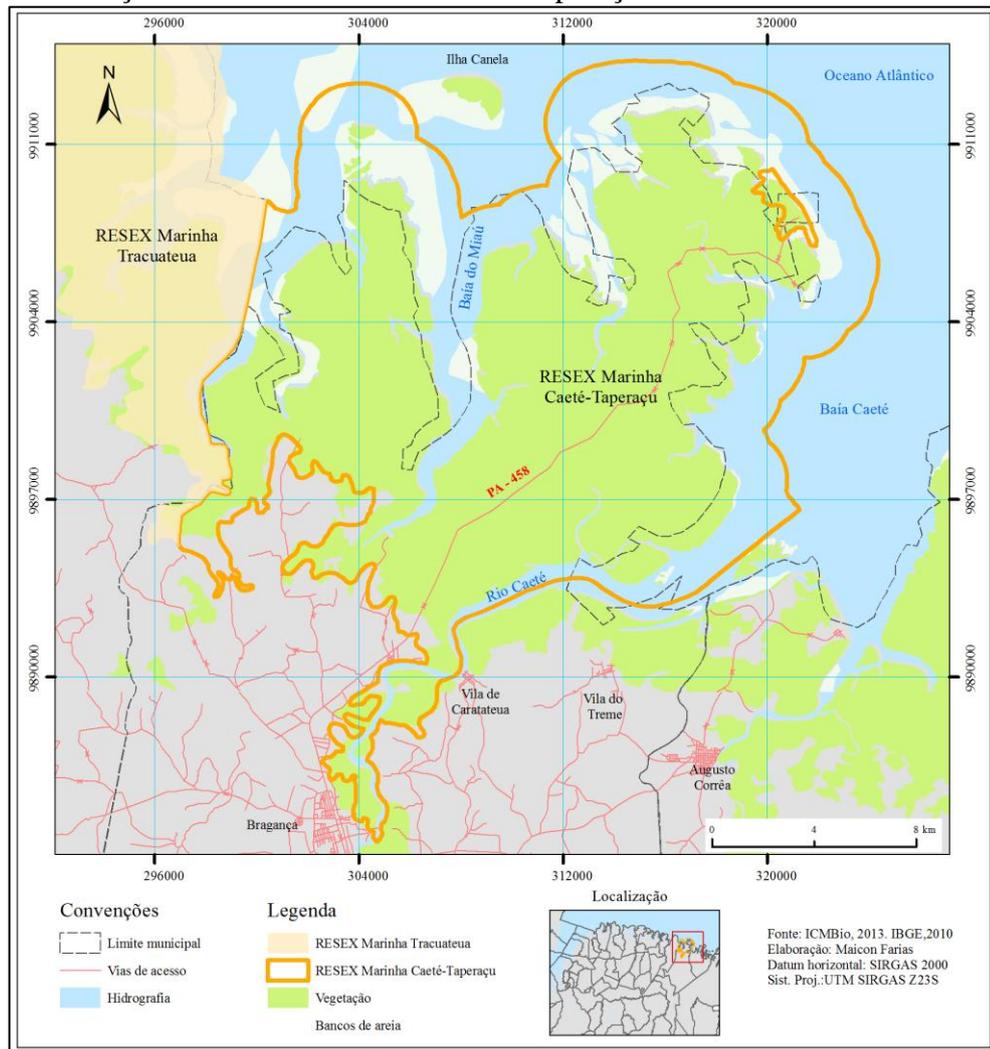
A RESEX Marinha Caeté-Taperaçu está localizada no município de Bragança, na região nordeste do estado do Pará, distante 215 km da capital Belém, possui uma área de aproximadamente 42 mil hectares na planície costeira bragantina, limita-se ao norte com o oceano atlântico, ao sul o município de Bragança, a oeste a Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua e a leste o município de Augusto Corrêa. (Mapa 4)

Segundo o Plano de Manejo da unidade, realizado no ano de 2012, os objetivos da RESEX são de promover a conservação dos ecossistemas do mangue, restingas, praias, ilhas e campos naturais, assim como a conservação das populações de espécies marinhas relevantes para a população extrativista da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu, com destaque para os peixes, crustáceos (camarão, siri, caranguejo) e moluscos (turu, sururu, mexilhão), Contribuindo para o conhecimento, valorização e difusão do modo de vida tradicional dos extrativistas e moradores da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu;

A sua visão é ser uma área destinada à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais dos ecossistemas costeiro-marinho brasileiros, visando à melhoria das condições de vida e valorização da cultura tradicional das populações que se autorreconheçam como extrativistas tradicionais dos recursos naturais da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu, quer sejam residentes no interior e/ou no entorno.

A zona costeira Bragantina, na qual está localizada a RESEX, está inserida no maior e mais bem preservada ambiente tropical úmido do planeta, a Região Amazônica, ao longo da costa de manguezais do nordeste do estado do Pará. Esta costa de manguezal é extremamente irregular e recortada, com inúmeras baías e estuários, com cerca de 7.500 Km² (SOUZA FILHO e PARADELLA, 2005).

Mapa 4. Localização da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu.

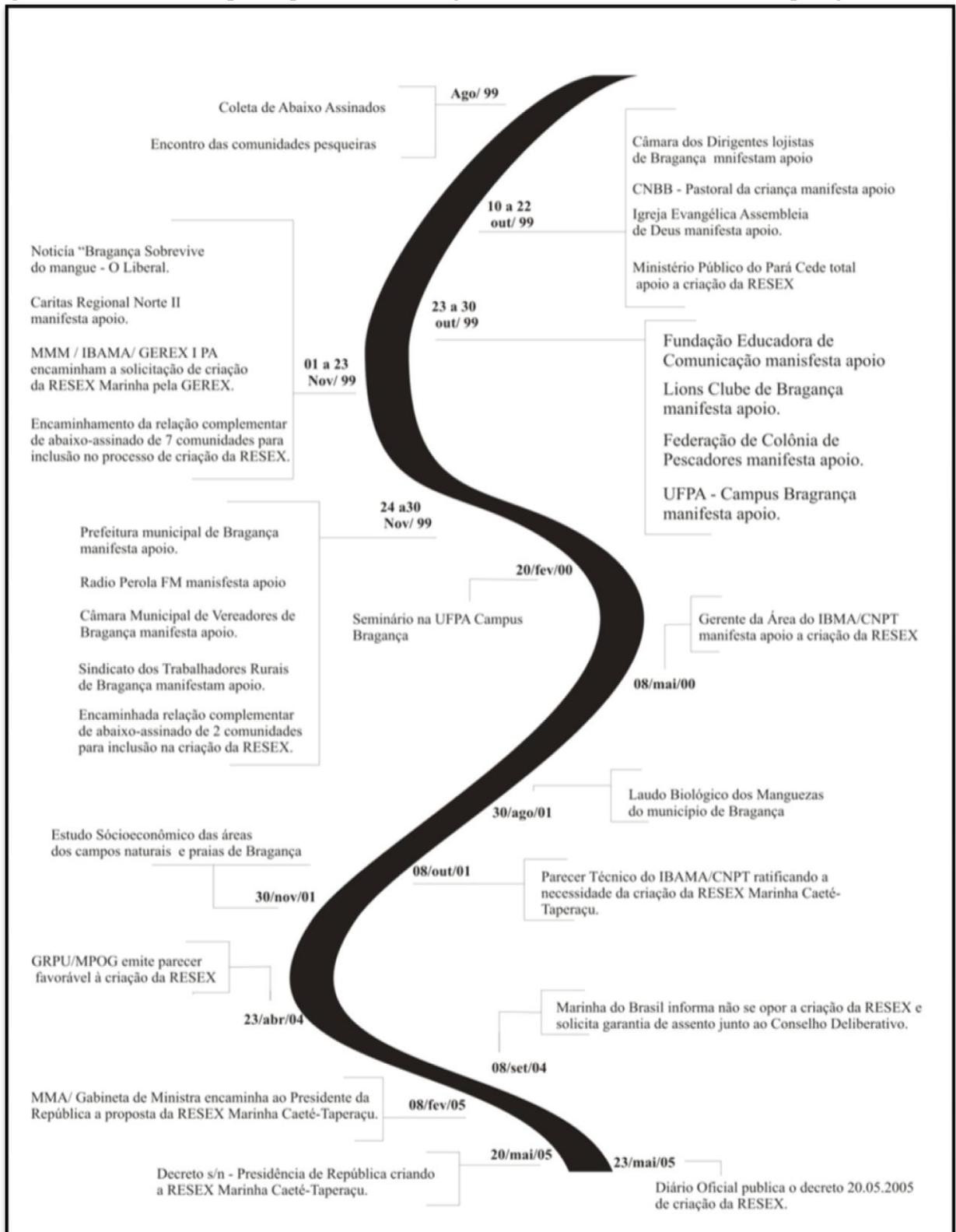


Fonte: ICMBio, 2014.

Nesta região recortada pelo mangue, foi iniciada a mobilização para a criação de uma reserva extrativista em 1999, a partir da solicitação dos moradores de 37 comunidades associadas aos estuários da planície bragantina, além de moradores de bairros do núcleo urbano de Bragança e abertura de processo junto ao IBAMA.

Tal processo motivou a realização de um grande seminário no município de Bragança, que aconteceu no dia 25 de fevereiro de 2000, no Campus Universitário de Bragança, com participação de alunos da graduação, pós-graduação, ONGs e o próprio CNPT/IBAMA-PA, onde se abordou forma metodológica, processo de criação e implantação de Reservas Extrativistas. Durante os anos de 2001 a 2004 foram realizados os laudos biológicos e socioeconômicos que viabilizaram a criação da RESEX Marinha Caeté Taperaçu, no ano de 2005. Na figura 10 apresenta a linha do tempo histórica da criação da unidade.

Figura 7. Linha do Tempo do processo de criação da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu.



Fonte: ABDALA, et AL, 2012

A RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, possui três comunidade localizadas dentro dos limites da unidade (Castelo, Vila do Pescadores e Bonifácio), enquanto na sua zona de

amortecimento possui 39 comunidades e 7 bairros da área urbana da cidade de Bragança, que estão organizadas em 8 polos¹⁸: Cidade, Bacuriteua, Acarajó, Ajuruteua, Campo, Tamatateua, Caratateua e Treme.

Estas comunidades são representadas pela Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu – ASSUREMACATA, criada em 2005, como instituição diretamente responsável pela aplicação de ações nas comunidades. A ASSUREMACATA mantém atualmente, juntamente com o INCRA, um total de 4.457 beneficiários com seus respectivos nomes homologados em 2005 e 2006 pela Superintendência Regional do órgão de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. (ABDALA, et. al., 2012)

Em um levantamento censitário realizado entre os anos 2011/2012 o ICMBio registrou um total de 9.045 famílias, das quais o estima-se que entre 3000 a 4000 mil famílias atendem ao perfil de beneficiário da RESEX para os programas e políticas públicas direcionadas a tal grupo. Ressalta-se que o cadastro de beneficiários é o único instrumento de reconhecimento dos direitos de acesso às políticas públicas e uso dos recursos naturais da unidade, bem como é condição para as ações de regularização fundiária. Atualmente, o cadastro de usuários da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu está sendo revisado e atualizado, em um processo conjunto entre ICMBio e o Conselho Deliberativo.

A definição de beneficiário da reserva é realizada via um cadastro auto-declaratório dos moradores das comunidades que se enquadrem nos itens como: os pescadores artesanais, ribeirinhos, curralistas, caranguejeiros, marisqueiros que tenham nos limites da RESEX sua área de trabalho e/ou fonte dos recursos naturais; Pessoas de origem nas comunidades no interior e entorno da RESEX, que trabalhem confeccionando petrechos e demais objetos para a atividade extrativista (montagem e manutenção dos currais-de-pesca, acessórios para a coleta de caranguejo, armadilhas para a pesca artesanal em geral), cabendo ao conselho e ao ICMBio ratificar o comunitário, contudo não se observa uma ferramenta participativa que afirme a utilização do território pelos comunitários.

A falta dessa informação pode prejudicar a gestão da unidade, pois, não há a percepção espacial do território de uso das comunidades, o que pode gerar conflitos territoriais durante o processo de zoneamento da área para a gestão da unidade, que é previsto no plano de manejo, estas zonas criadas podem restringir a execução de atividades que são essenciais para o uso de determinada comunidade.

¹⁸ Anexo 4

3.2.1 Gestão da RESEX Marinha Caeté- Taperaçu

Com base no SNUC a gestão deve ser realizada de maneira participativa com a criação de um conselho de caráter deliberativo. O conselho da RESEX Marinha Caeté - Taperaçu foi criado através da portaria nº17, de 24 de setembro de 2007¹⁹. Ele é composto por 23 instituições entre representantes dos polos de gestão e instituições públicas e da sociedade civil organizada, este conselho tem por finalidade contribuir com ações voltadas à efetiva implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação.

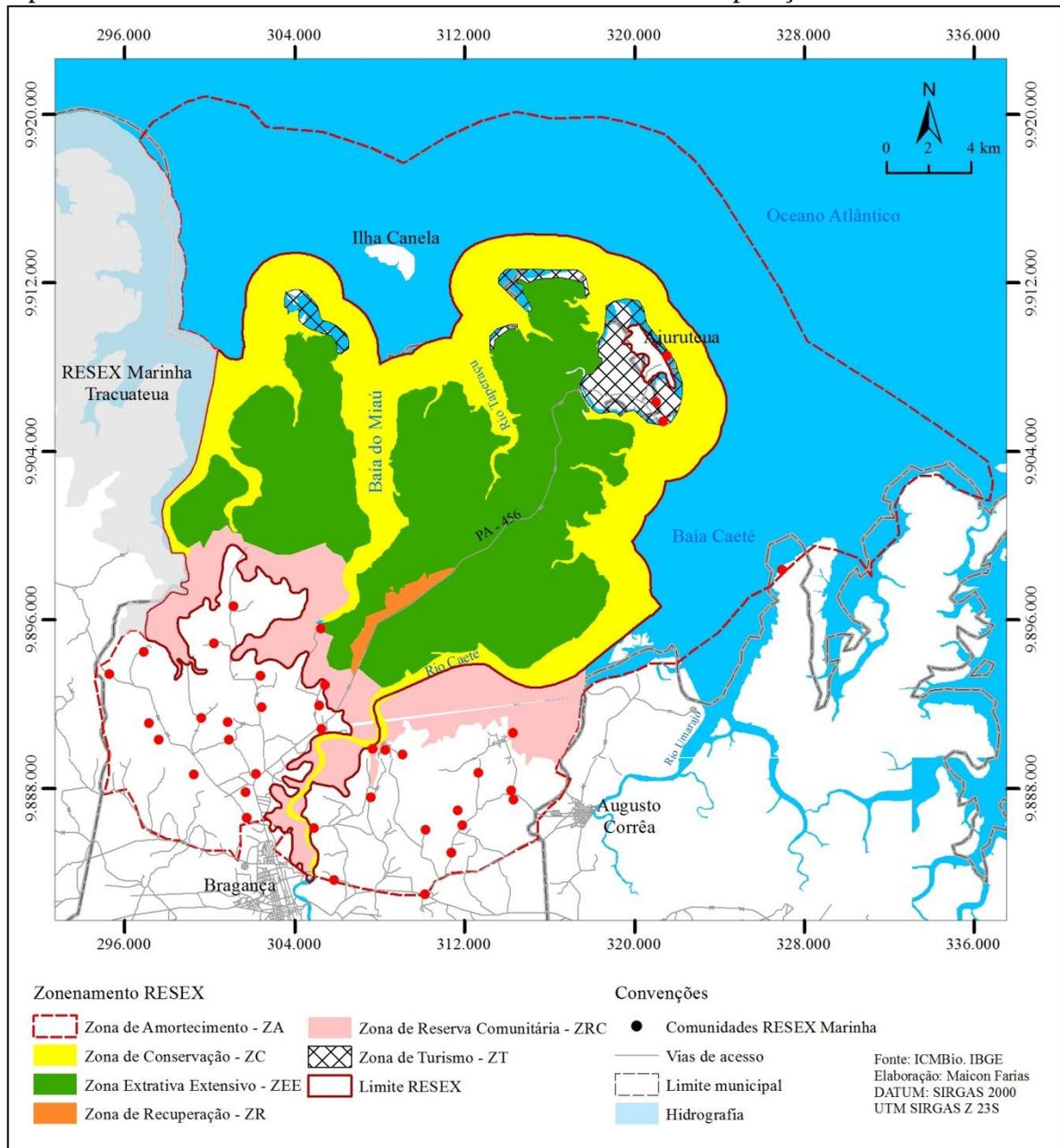
O mesmo é responsável pela tomada de decisão das ações a serem realizadas na unidade, como por exemplo, a ratificação do número de pessoas que receberam benefícios de assentados rurais junto ao INCRA. Assim como a aprovação do Plano de Manejo da RESEX, que é o documento previsto no SNUC e possui a finalidade nortear quais as principais atividades a serem realizadas pelos comunitários. O plano de manejo da RESEX foi publicado em 2012, e está disponível ao público na página eletrônica do ICMBio²⁰, o documento possui 2 volumes, o primeiro composto pelo diagnóstico dos meios físicos, biológico e social da RESEX e do seu entorno.

O segundo volume trata sobre o Planejamento da unidade realizado a partir das oficinas participativas com a metodologia de diagnóstico rápido participativo - DRP, na qual o resultado foi à criação de seis (6) zonas. Três zonas com finalidade de aproveitamento dos recursos naturais e belezas cênicas da unidade Zona de Turismo Sustentável, Zona Extrativista Extensiva, Zona de Reserva Comunitária, enquanto para a conservação foram definidas a Zona de Recuperação e Zona de Conservação e para regulação das ações no entorno da unidade é definida a Zona de Amortecimento, conforme apresentado no mapa 5.

¹⁹ Ver anexo II

²⁰ <http://www.icmbio.gov.br/>.

Mapa 5. Zoneamento da Reserva Extrativista Marinha Caeté -Taperaçu.



Fonte: ABDALA, et al, 2012.

A Zona de Turismo, compreende as áreas naturais ou alteradas identificadas como de especial beleza cênica e com alto potencial para a realização de atividades de ecoturismo e educação ambiental. Deste modo, trata-se da Zona prioritária para receber a visitação pública e a instalação de infraestruturas de apoio aos visitantes, localizada na região da praia de Ajuruteua praias próximas a baía do Miaú.

Com relação às atividades extrativistas tem a Zona Extrativista e a de Reserva Comunitária. A primeira são as áreas destinadas ao extrativismo tradicional e ao uso múltiplo

sustentável dos recursos naturais comuns da RESEX. Tratam-se de áreas um pouco mais afastadas da maioria das comunidades e que são amplamente exploradas tanto para fins de subsistência, quanto para geração de renda dos extrativistas. A segunda são áreas próximas às comunidades que tem por finalidade o uso preferencial para o consumo familiar.

Para a Zona de Conservação foram destacadas as áreas de maior relevância para a biodiversidade e reposição de estoques pesqueiros, onde se localizam os principais emburateuas²¹, poções e ninhais da RESEX, além de cabeceiras de igarapés e outros ambientes naturais notáveis e raros como as restingas na região, devido a sua alta diversidade de espécies e funções ecológicas que mantém. Esta zona está diretamente ligada a atividades de pesca dos comunitários, devido abranger o rio e a baía do Caeté assim como a Baía do Miaú e os demais furos e igarapés da RESEX.

A Zona de Recuperação contém áreas consideravelmente antropizadas e degradadas. Ela deve ter o caráter temporário e ser incorporado a outras Zonas após a sua recuperação. Esta zona está localizada na área de mangue degradado pela ação da abertura da rodovia PA-458 para Ajuruteua. Trata-se da principal área de manguezal degradado da RESEX e possui uma área total de 400 ha, em uma extensão de quase 7 km da estrada. Está assentado sobre áreas de manguezal degradado e manguezal em regeneração, segundo a classificação de Souza Filho e El-Robrini (1996).

Juntamente com as áreas de conservação e recuperação e extrativismo o ordenamento territorial da reserva prevê a Zona de Amortecimento é composta por áreas de terra/continentais e ambientes aquáticos/marinhos, é nesta zona que está localizada a maioria das comunidades usuárias da UC, e suas áreas de uso, como roças, pastos, moradia e comércios. E nesta zona que está localizada a comunidade, na qual iremos trabalhar com a metodologia de mapeamento participativo. Ressalta-se que iremos trabalhar com apenas uma comunidade escolhida, devido ser um dos distritos mais populoso de Bragança e pela localização estratégica na margem do Rio Caeté e também nos limites da área protegida, contudo este mapeamento pode ser trabalhado nas demais comunidades para a o processo de atualização do plano de manejo e ordenamento territorial da RESEX.. A seguir é apresentada a Vila de Caratateua, localizada na zona de amortecimento, e o processo de participação dos pescadores para a sua afirmação territorial em relação a Reserva.

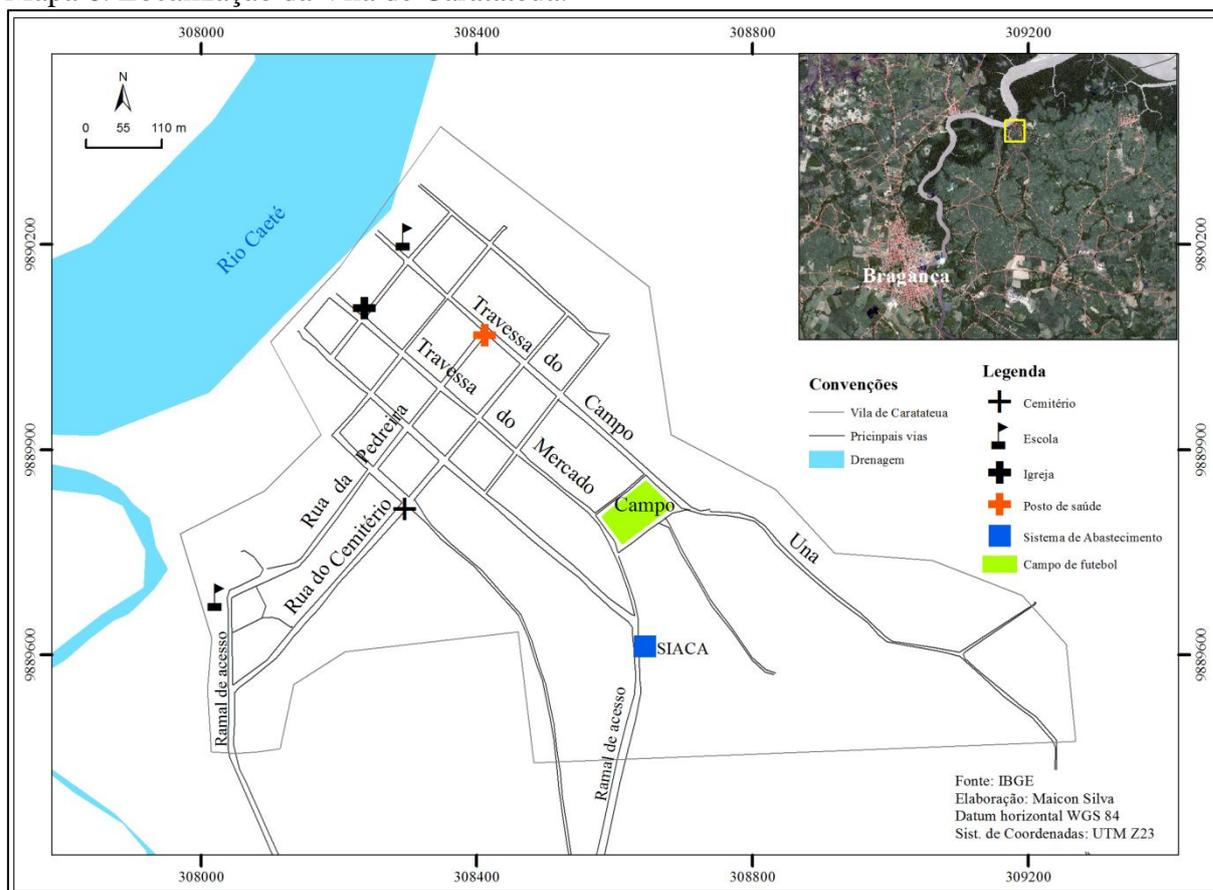
²¹ Emburateua: buratéua é uma palavra tupi guarani de define o trecho de um braço de mar ou de um manguezal onde se amontoam certos vegetais halófilos, que formam um emaranhado de galhos e raízes (AURÉLIO, 1999).

4. A CARTOGRAFIA, PARTICIPAÇÃO E OS PESCADORES DA VILA DE CARATATEUA

4.1 Comunidade Vila de Caratateua

A vila de Caratateua pertence ao município de Bragança, possui, 2.419 habitantes (IBGE, 2010), está distante aproximadamente 18 km da sede municipal, o acesso é rodoviário via dois ramais a partir da rodovia BR-308, enquanto o acesso marítimo é pelo rio caeté que banha a vila. conforme o mapa 6.

Mapa 6. Localização da Vila de Caratateua.



Fonte: Farias, 2014.

A vila de Caratateua foi fundada por colonizadores portugueses entre os séculos XVII e XVIII (ALMEIDA, 2012). Hoje encontra-se indícios dessa colonização na vila como um Casarão no estilo colonial (imagem 11) em localidade na margem do rio Caeté próximo ao porto da vila. Hoje este é utilizado como depósito de rede e materiais de pesca.

De acordo com Simões (2005), o nome da comunidade está ligado a atividade agrícola com abundantes plantações de cará cultivados pelos índios Caeteuaras, primeiros habitantes da região. A localidade tornou-se distrito pelo anexo de 31 de março de 1936, no âmbito de

uma divisão territorial. Atualmente Bragança possui 173 comunidades rurais e agro-pesqueiras, organizadas em sete distritos: Almoço, Bacuriteua, Bejamim, Bragança, Caratateua, Nova Mocajuba e Treme (IBGE, 2010).

Figura 8. Casarão Antigo na Vila de Caratateua na margem do rio Caeté.



Fonte: Atividade de campo, 2014

4.1.1 Infraestrutura da Vila de Caratateua

Caratateua está dividida quatro grandes bairros: Centro, Pedreira Una e Centrinho, o dois primeiros possuem características urbanas, onde se concentra a população, estes bairros possuem uma pequena infraestrutura como as escolas de PE. Albeni (Escola de Ensino Fundamental menor), Escola Albino Cardoso (Ensino Fundamental maior e médio), Posto Médico, Correios, Posto Policial, Igrejas, Mercado Municipal, praças e a Associação de Pescadores Artesanais, etc. (Figura 9 e 10)

Os bairros do Una e Centrinho do são considerados áreas rurais, onde se desenvolvem atividades de agricultura de subsistência, com predominância da maniva – de onde se extrai a mandioca utilizada na fabricação da farinha (base alimentar dos pescadores). Também cultivam-se o tabaco, hortaliças e algumas frutíferas. (ARCANJO, 2010).

Figura 9. Frente da Vila de Caratateua



Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Figura 10. Posto de Saúde da Família da Vila de Caratateua.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A vila possui um pequeno sistema de abastecimento de água o Sistema de Abastecimento de Caratateua - SIACA, localizado no bairro da Pedreira, este abastece os bairros do Centro e Pedreira e alguns domicílios do bairro do Una, a água tratada não é cobrada aos moradores. O sistema subsidiado pela prefeitura de Bragança. Com relação ao esgoto sanitário alguns domicílios possuem banheiro interno com fossa séptica, enquanto

alguns apresentam sanitários externos, geralmente construídos de barro com a utilização de fossa abertas.

As moradias da Vila são na sua maioria de alvenaria cobertas com telhas de barro no bairros do Centro e Pedreira(Figura . Nas áreas rurais, as moradias são de taipa, cobertas com telhas ou palha.

Figura 11. Casas da Vila de Caratateua.



Fonte: Jorge Aviz, 2010

O lixo é recolhido regularmente duas vezes na semana nas principais ruas da vila, enquanto nas demais ruas os moradores, geralmente, descartam o lixo no quintal e queimam ou jogam na beira do manguezal, outra prática muito comum é jogar o lixo (principalmente resíduos de caranguejo e sururu) em alguns terrenos abandonados dentro da comunidade. (ALMEIDA, 2012).

4.1.2 Atividades Econômicas da Vila

Na vila de principal atividade econômica é a pesca (MORÃO et al, 2009; BALLARINI 2010 ARCANJO ,2012) e o extrativismo do caranguejo, camarão e sururu (FILHO E SOARES, 201; ALMEIDA, 2012) ., realizada em rios e igarapés e furos da região, com a utilização de barcos movidos a remo ou motor, (conforme a figura 11) e o uso de apetrechos de pesca como, redes malhadeiras, currais, espinhel, tarrafas, matapi entre outros materiais.

Na realização da atividade de pesca são observados alguns fatores que a influenciam diretamente como as fases da lua, que permitem conhecer se a maré vai estar mais forte ou não, chuvas de acordo com o período do ano que influenciam na salinidade da água e conseqüentemente ao tipo pescado a ser obtido, período do ano na qual há a safra de determinado produto, assim como o defeso de algumas espécies que são realizadas durante o ano.

Figura 12. Barcos no Porto da Vila de Caratateua.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Também são encontradas outras atividades como a agricultura com a produção de mandioca e a criação de animais. A atividade da pesca acompanha diversas ocupações tais como: donos de barco, construtores de barco, redeiras (os), catadeiras (os), tiradores (as), pescadores e marreteiros. Há também ocorrência de outras atividades como funcionários públicos (professores, gestores escolares, serventes, agentes de saúde, vigia, etc.), pedreiro, comerciantes, donos de bar, etc.

A produção gerada da pesca é a Pescada Amarela, Pescada Gó, Uriacica, Uritinga, Cavala, Xarel, Camorim, Corvina entre outros, e o extrativismo do Caranguejo e Sururu, geralmente é vendida para atravessadores no porto da Vila (Figura 12) que compram a produção e depois a revendem para outros municípios com Belém e empresas de pescado localizadas em Bragança.

Figura 13. Pescadores retirando pescada amarela do barco para ser levada para a venda



Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Portanto a pesca e o extrativismo são as principais atividades que movimentam a economia da vila, sendo importante conhecê-las para compreender o território de uso dos pescadores para que a Vila se afirme como beneficiária coletiva da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu.

4.2 Pescadores da Vila de Caratateua e as Formas de Pesca

Caratateua possui três tipos de pescadores, o primeiro que trabalha nos barcos, que realizam grandes excursões, e possuem a pesca como principal atividade remunerada. O segundo trabalha com barcos menores e/ou canoas, possuem uma pequena produção de pescado para sua subsistência, enquanto o excedente é vendido, este pescador possui mais de uma atividade além da pesca, como a agricultura geralmente o plantio de mandioca, para a produção de farinha para sua subsistência. Geralmente eles trabalham na lavoura em um lugar próximo ao centro da vila que é conhecido como “Ilha”, que possui este nome devido ser uma porção de terra cercada por três (3) manguezais, neste local algumas famílias possuem “casa do forno” que é o local onde é assada a farinha após o processo de lavagem, limpeza e secagem da mandioca. O terceiro grupos de pescadores são os extrativistas que trabalham na pesca do camarão e extrativismo do sururu e caranguejo, no entanto estes trabalham com outras atividades como agricultura e a pesca de subsistência.

Os pescadores da vila estão organizados em uma associação, localizada no porto principal da vila, composta por 100 associados (figura 14). São realizadas periodicamente reuniões com os pescadores, segundo informações da presidente da associação Adriene Paixão, com a criação da associação os pescadores obtiveram acesso ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF, que auxiliou na compra de barcos e materiais para os pescadores.

Figura 14. Associação de pescadores e Produtores rurais da vila de Caratateua.



Fonte: Arcanjo 2010.

A vila possui dois portos, conforme apresentado no mapa 7, para o desembarque dos pescadores, um porto está localizado no final da rua principal na orla da vila próximo a praça e o mercado de peixe neste porto há um trapiche mais antigo. O segundo porto está localizado próximo a escola Albino Cardoso, este é porto que mais utilizado pelos pescadores, pois este possui um terreno formado por seixo, o que permite maior atividade dos pescadores, enquanto o outro porto possui terreno formado por material do mangue.

Mapa 7. Localização dos portos da Vila de Caratateua.



Fonte: Atividade de campo. 2014.

Pescadores da vila possuem barcos de pequeno porte variando entre 2 a 4 toneladas com motor aberto de 20 a 40 HP a diesel, com porão para as caixas térmica de isopor para o armazenamento do pescado, o gelo é comprado na vila de Bacuriteua. Na vila há aproximadamente 33 barcos a motores que trabalham com a pesca de curral, malhadeira e espinhel. Cada barco possui uma equipe formada pelo piloto e os ajudantes que realizarão as atividades durante as incursões que duram de uma a três semanas dependendo da produção de pescado e do tipo de pesca, o dono do barco, geralmente, não viaja com a equipe permanecendo na vila para resolver outras atividades relacionadas à pesca.

Há também os pescadores que pescam para sua subsistência, estes utilizam canoas movida a remo ou motor rabeta²², devido a sua pequena infraestrutura a pesca é realizada próxima a vila com o uso de tarrafas, malhadeiras, matapi e espinhel. Essas embarcações pequenas são utilizadas também pelos extrativistas de caranguejo, camarão e sururu por permitirem maior rapidez aos lugares de extração.

²² Motor de poupa movido a gasolina utilizado em canoas de pequeno porte.

Em relação às formas de pesca, os pescadores de grandes excursões utilizam espinhel, malhadeiras e currais, enquanto os pescadores locais utilizam malhadeiras, espinhel, tarrafas e pequenos currais, os extrativistas utilizam matapi para a captura do camarão enquanto na captura do sururu e a caranguejo utiliza-se as mãos.

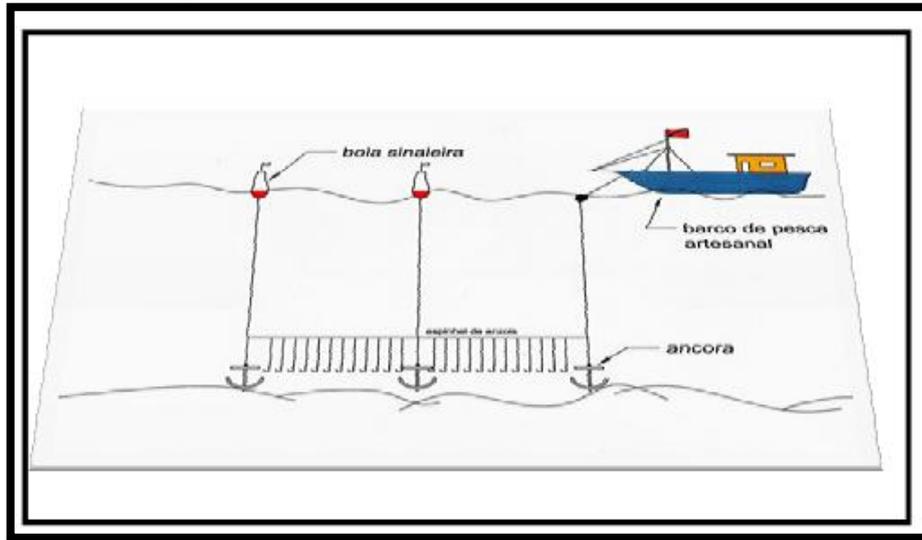
Pesca com espinhel - Segundo Loureiro (1985), o espinhel é um aparelho de pesca constituído por inúmeros anzóis, formado por uma linha longa, sustentados por boias e, ao longo desta linha mestra esticada, pendem fios mais finos com os estrovos, que fixam os anzóis na ponta destes fios, distribuídos em intervalos (os pescadores o chamam de “linha” ou tiradeira) ao longo da linha mestra.

Segundo Furtado (1982), o espinhel é composto das seguintes partes:

- Linha (linha mestra): é uma linha de nylon que define o tamanho do espinhel.
- Boias ou flutuadores: indicam na superfície da água os locais onde os espinhéis estão pescando.
- Cordas de boias: são as linhas que ligam as boias à linha mestra.
- Poitas: são pesos (pedras ou âncoras de ferro) que servem para manter os anzóis do espinhel firmes no fundo da água e não os deixando serem arrastados pelas correntezas.
- Anzóis: são os instrumentos que capturam os peixes, constituindo-se na peça principal do espinhel. Por intermédio de um fio mais fino, são fixados na linha mestra e ficam pendentes.

A figura 15 ilustra e pesca com espinhel com o uso das boias e poitas. A figura 16 apresenta um espinhel com os anzóis e a linha mestra. Na vila de Caratateua os pescadores identificaram como área de pesca com espinhel a barra do Miaú que está localizada próximo a RESEX de Tracuateua.

Figura 15. Pesca com espinhel.



Fonte: ARCANJO, 2010

Figura 16. Espinhel.



Fonte: Atividade de campo, 2014.

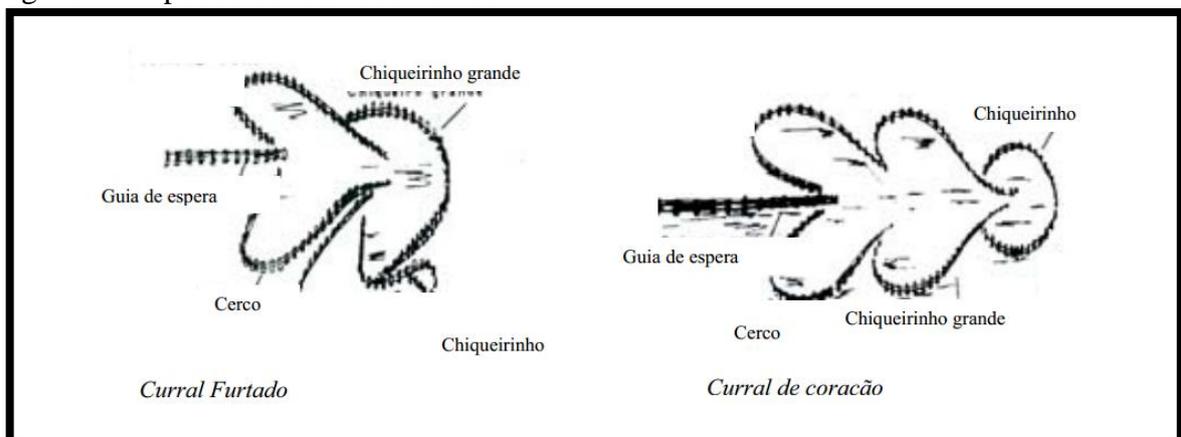
A pesca com espinhel na RESEX Marinha Caeté-Taperaçu está condicionada ao plano de manejo, na qual é permitido no máximo de 300 anzóis por pescador nos furos, enquanto, nos rios o número máximo é 1.000 anzóis com numeração de 06 a 10.

A pesca com curral consiste em uma grande armadilha fixa, com várias peças formando compartimentos específicos com o encadeamento formado por varas e toras de madeira, cipós vegetais e esteiras (NACIF,1994). Com aproximadamente 20 a 30 metros de extensão. Possui uma abertura por onde os peixes penetram durante a maré cheia e, com a baixa –mar, ficam aprisionados. Todo o processo de construção pode durar cerca de dois meses, é composto das seguintes peças: espia, viagens, roda e dos compartimentos: entrada, sala, boca e chiqueiro

Espia, sua função consiste em orientar a entrada dos peixes para o interior do curral, inicialmente para a “sala” e posteriormente para o “chiqueiro”. A espia é colocada de maneira a interceptar a correnteza na qual vem o peixe. Este, ao encontrá-la, toma a direção da “sala” do curral e, seguidamente, pelo movimento natural de procurar uma saída para escapar das esteiras do curral, bate de frente com a “boca” que remete ao “chiqueiro”, sem possibilidades de saída. As viagens conferem a parte média da armadilha uma forma de coração ou cachimbo, de acordo com o formato do curral. As viagens facilitam a entrada do peixe para o curral, após ele ter sido impelido pela espia.

As costas constituem-se nas peças que dão prosseguimento as viagens, formando o corpo da sala. A roda é o círculo que se coloca no vértice da sala, nas extremidades dianteiras das costas do curral e, na extremidade formada pelas viagens. Essa peça circular define o chiqueiro, que se constitui no depósito onde o peixe fica aprisionado para a despesca feita pelo pescador.

Figura 17. Tipos de estrutura de currais



Fonte: MELO, 1984

Na vila os pescadores utilizam currais na Barra de Bragança, na Baía do Rio Caeté na região próxima a praia de Ajuruteua e próxima a Ponta do Umarajó no município de Augusto Corrêa e na Baía do Miaú.

Segundo o plano de manejo a da unidade currais devem ter espaçamento de 35x35mm no chiqueiro e 60 braças de espia de cada lado com 30 cm de espaçamento entre as varas, com sinalização nas extremidades, sendo permitidos 02 currais por famílias de forma coletiva e estando cadastrados na ASSUREMACATA, os donos de currais deverá informar a procedência dos moirões ou varas, caso seja retirado da reserva deverá ser acompanhado de manejo e autorização da associação currais. É proibida a instalação de currais nos canais e na entrada e saída dos furos.

A malhadeira é um instrumento que passou a ser utilizado somente nas últimas décadas. De acordo com Furtado (1993), foi na década de 1960 que começaram a aparecer as malhadeiras ou redes de pesca na Amazônia, industrializadas com fios de plástico. Segundo Moraes (2007), “O tamanho da malha e a espessura do fio são os elementos classificatórios para variar espécies de peixes”. Esse tipo de instrumento serve inclusive à pesca de tapagem nas batidas do lago, onde atravessam a rede. Em muitos casos, não se tem o cuidado com o tamanho da malha, ocorrendo a pesca predatória, ou seja, a captura indiscriminada de peixes de tamanhos variados.

Figura 18. Malhadeira



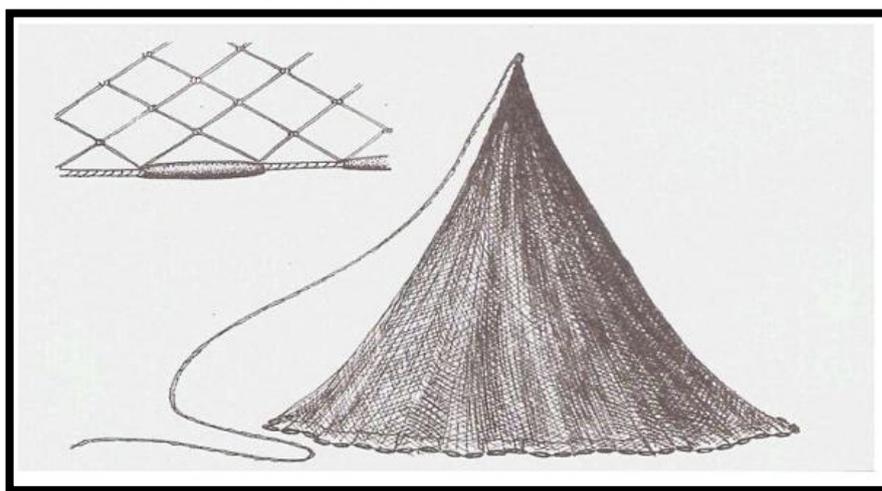
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

Em Caratateua a pesca com malhadeira é a mais utilizada pelos pescadores, o que lhe atribui uma abrangência espacial grande devido ser utilizada tanto em grandes pescarias quanto nas de subsistência.

Na área da RESEX é permitido o uso de malhadeiras com malha acima de 25x25 mm. Na captura da caíca para comercialização será permitida 1.000 metros de rede de malha 25x25 mm até fora ainda nos limites da RESEX. Para a rede tainheira é poderá utilizar na pescaria até 1.000 metros comprimento de malha de 35x35mm, apenas nas bacias e nos canais. É previsto a proibição de rede apoitada na área de RESEX sendo passível de multa e recolhimento dos apetrechos de pesca.

A pesca de tarrafa é usualmente feita com linhas de náilon. Ela é composta de uma corda que mede em média 12 ou 13 metros e está ligadas ao punho parte inicial da tarrafa, na qual apresenta entre 24 a 48 malhas formada de uma única carreira, toda feita a “nó cego ou de gato”, logo após começa pano de crescência, que são espécies de nós que dão sustentação. A tarrafa é confeccionada de malha 24, de 2 em 2 malhas há uma crescência, em seguida temos o pano morto, que é a continuação da malha que tem cerca de 40 cm ao final temos os tensores que é um cordão que liga os chumbos ao ponto onde o pano morto termina. Na vila as tarrafas são utilizadas para pesca de subsistência e a pesca do camarão. devido a sua baixa produtividade ela é utilizada em furos e igarapés próximos a vila.

Figura 19 Tarrafa de Linhote e Chumbada.



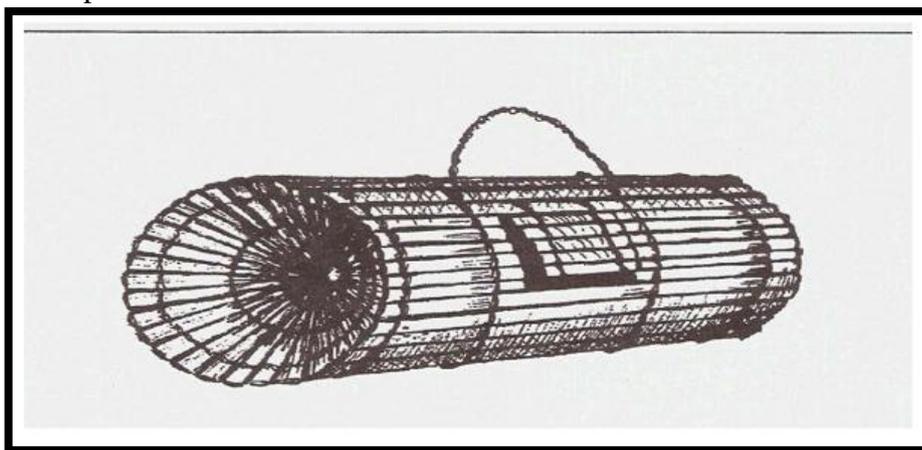
Fonte: Cunha (Desenho, 1995; G. Leite, 1983)

O plano de manejo é permite tarrafas pesqueiras, de até 3,0 metros de comprimento com malha superior a 25mm com ângulos opostos de malha, enquanto a tarrafa marisqueira até 1,50metros de comprimento e malha de 25mm (quinze milímetros) entre ângulos opostos

da malha. Tarrafa camaroeira até 3,0 metros de comprimento e malha de 20mm entre ângulos opostos de malha.

O matapi é uma armadilha para a pesca de camarão, feita em forma cilíndrica fechada por dois cones sendo que cada lado contém uma abertura em forma de funil para que o camarão entre e fique preso na armadilha. Assim como a tarrafa esta pesca apresenta baixa produtividade e por isso é utilizada em furos e igarapés próximos a Vila.

Figura 20 . Matapi



Fonte: CUNHA, 2012

A extração do Caranguejo Uçá (*Ucides cordatus*) e Sururu (*Mytella falcata*) são realizados nas áreas de mangue o primeiro é capturado durante o ano todo, com exceção no período de defeso que ocorre nos primeiros meses do ano, enquanto o segundo é capturado durante somente no período de novembro a janeiro. O extrativista da vila do Caratateua captura o caranguejo manualmente utilizando as mãos para pegar o animal na sua toca. Para sua proteção o mesmo utiliza uma espécie de luva que cobre toda a extensão do braço. Na captura do sururu é considerada mais simples em relação ao caranguejo, devido este ser encontrado no mangue ou nas pedras cabendo apenas à lavagem do marisco e posteriormente a sua venda.

Portanto na vila de Caratateua os pescadores possuem diversos instrumentos de pesca como o matapi, rede malhadeira, tarrafa, espinhel e curral e estes estão regulados pela gerência da RESEX . O uso desses instrumentos requer um território amplo que compreende o mangue, o rio e o oceano os pescadores possuem uma abrangência espacial considerável para a sua sobrevivência e este território deve ser reconhecido como de uso dos pescadores afim de reconhecê-los como usuários da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu.

4.3 Amplitude Espacial e Mapeamentos Participativos dos Recursos utilizados dos Pescadores da Vila de Caratateua

Para o conhecimento da amplitude espacial dos pescadores da Vila de Caratateua, fora utilizada a metodologia de mapeamento participativo, dividida em 3 momentos . No primeiro momento foram realizadas reuniões junto com instituições que trabalham na região como ICMBio, que é responsável pela gestão da RESEX e da sua área de entorno, na qual está localizada a vila. A Cáritas Bragança, devido o trabalho junto a Pastoral dos Pescadores. A Secretaria Municipal de Pesca de Bragança pois o trabalho poderia ser utilizado pela secretaria para o conhecimento sobre os pescadores. Durante as conversas, foi apresentada a metodologia do trabalho e a importância do conhecimento do uso do território dos pescadores com base em um mapeamento participativo, que poder ser utilizado para dar subsídios em planejamentos de ações das instituições nas comunidades do município.

Nas primeiras reuniões, foi ressaltado à dificuldade em mobilizar os comunitários para as reuniões de interesse comum. Apesar das instituições terem pessoas na comunidade que fazem o trabalho de mobilização, contudo as reuniões não obtiveram êxito.

No segundo momento do trabalho, foram realizadas conversas junto aos líderes comunitários locais como a presidente da Associação de Pescadores de Caratateua, e a o representante da Colônia de Pesca, com o objetivo de conhecer a realidade local dos pescadores e as principais dificuldades relacionadas pesca. Ambos representantes falaram da importância de ter trabalhos de cunho acadêmico que apresente a realidade local. A presidente da associação confirmou a dificuldade em reunir os pescadores seja pela falta de mobilização como também o período em que os pescadores estejam em terra.

Pois as reuniões devem ser marcadas de acordo com a fase da lua, geralmente, durante o período de quarto crescente ou minguante, pois é quando os pescadores estão em terra devido a maré está baixa dificultando a pesca, enquanto durante a lua nova e cheia, é o período apropriado para a pesca. Portanto a realização das reuniões com os pescadores deve obedecer às fases da lua que está intimamente ligada com o movimento da maré que dita o período de pesca, esta pode ser uma das causas da dificuldade de mobilização das instituições.

Outra dificuldade encontrada e o transporte para a vila, pois tem um ônibus que leva os moradores a sede de Bragança, porém este passa somente pela parte da manhã e no final da tarde. Devido a essa dificuldade muitos moradores utilizam conduções particulares, que são pessoas que utilizam seu próprio carro para transportar os moradores até Bragança, cobrando

passagem que geralmente custa R\$ 5,00, tem também os mototaxistas que cobram em média de R\$15,00 a R\$20,00 o transporte até a vila.

Apesar das dificuldades de transporte e mobilização dos pescadores, fora realizada a terceira etapa do trabalho, que consiste nas reuniões junto aos pescadores a primeira, aconteceu em julho de 2013, no porto da Vila, esta ocorreu de maneira informal com uma conversa com os pescadores, com o intuito de apresentar o trabalho e seus objetivos, assim como conhecer um pouco sobre os locais de pesca e qual as principais espécies pescadas e em qual período do ano. Com base nas informações prestadas foram identificadas os os principais pescados capturados são: Pescadinha Gó (*Macrodon ancylodon*); Pescada Amarela (*Cynoscion acoupa*); Uriacica (*Cathorops spp*); Uritinga (*Arius proops*); Cavala *Acanthocybium solanderi*; Xarel *Caranx spp*; Camorim *Centropomus spp*; Cangatá *Arius spp*; Corvina *Cynoscion microlepdotus*; Caranguejo Uçá – *Ucides cordatus* Sururu *Mytella falcata*..

A maior parte dos peixes são capturados de acordo com o seu período de safra, normalmente durante o inverno, como a pescadinha Gó, que é de maio a julho. O sururu é retirado no período de novembro a janeiro, enquanto, o caranguejo é capturado durante, praticamente, todo o ano menos no período do defeso geralmente no início do ano no período do inverno.

A segunda reunião foi realizada no dia 21 fevereiro de 2014, contou com a participação de 33 pessoas entre os pescadores e marisqueiros da vila. Esta aconteceu em um pequeno barzinho próximo ao Porto da Vila, a escolha desse local se deu devido este ser aberto e de fácil acesso dos pescadores e também pelo fato de não ter um espaço adequado na associação para a realização da reunião.

Esta data foi escolhida, em razão do quarto minguante da lua , na qual os pescadores e os extrativistas estavam na vila. Esta reunião contou com o apoio da Associação de Pescadores na pessoa da presidente Adriene Paixão e a Colônia dos Pescadores com o representante Luiz Araujo.

No primeiro momento foi iniciada a reunião com as palavras da Presidente a Associação a Senhora Adriene Paixão. Ela me apresentou aos pescadores falando sobre o objetivo da reunião, que era de apoiar à atividade de mapeamento participativo dos pescadores, para afirmá-los como beneficiários da RESEX Marinha Caeté - Taperaçu, assim como a importância do apoio acadêmico para dar suporte e subsídios aos pescadores com

relação ao seu território. No segundo momento o representante da Colônia de Pesca o Sr. Luiz , que ressaltou a importância da pesca para os moradores da Vila e a sua comprovação por meio do trabalho a ser realizado.

Após fala dos representantes da Associação e da Colônia de Pescadores, foi apresentado o trabalho a ser realizado, que consiste na aplicação de uma metodologia participativa com uso do mapa da região em escala de 1:100.000. Este mapa inicial foi elaborado em um software de SIG com utilização de arquivos de base vetorial do IBGE na qual apresenta informações sobre as vilas e comunidades da região, também foi utilizado um arquivo em formato raster, satélite SPOT do ano de 2008 com resolução espacial de 2,5 metros cedidas pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará – IDESP após elaborado, o mapa foi plotado em papel A0 que possui a dimensão 84,1 cm por 118,9 cm.

Com posse desses mapas os pescadores iriam mapear, com base no seu conhecimento na atividade da pesca, o seu território de uso dos recursos, este mapeamento será realizado com uso de pincel atômico em diferentes cores, na qual os pescadores podem inserir as informações a respeito dos os lugares de pesca, quais os instrumentos utilizados como malhadeira, espinhel, tarrafa, curral e os possíveis conflitos que há no seu território.

No início da oficina os pescadores ficaram observando as cartas imagem e se localizando sobre o território ali representado, com o tempo este começaram a identificar e mapear os seus locais de pesca e inserindo as informações com relação ao instrumentos utilizados, quais o tipos de pescado, qual o nome de determinados furos e igarapés entre outros como apresentando na imagem 21 e 22.

Figura 21. Oficina de mapeamentos do território de uso dos pescadores da Vila de Caratateua.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Figura 22. A Presidente da Associação inserindo informações dos pescadores sobre a carta-imagem.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Ao final da oficina foram registrados os pescadores que participaram da oficina, (Anexo) também foram validadas junto aos pescadores algumas informações apresentadas nos mapas como o nome dos furos e igarapés e também esclarecimentos sobre o conflitos deles

com alguns pescadores de Bragança que trabalham com rede apoiada na região, que segundo o ICMBio esta pratica de pesca é proibida. O resultado final da oficina são 2 mapas participativo apresentados a seguir nas figuras 24 que mostram a carta imagem com as informações mapeadas pelos pescadores para a identificação do seu território de uso.

Figura 23 Mapeamento final dos pescadores da Vila de Caratateua.



Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A segunda etapa da oficina consistiu na representação dos resultados obtidos junto aos pescadores. O mapeamento dos pescadores sobre a carta-imagem foi fotografado com máquina digital e as imagens foram posteriormente importadas e georreferenciadas no software Arcgis 10.1 com a utilização de pontos de controle para o seu georreferenciamento, após interpretada as informações em ambiente SIG, inciou-se o processo de vetorização das áreas, foi criado um arquivo vetorial com sistema de coordenadas geográficas e datum SIRGAS 2000 e com geometria em polígonos.

Cada polígono apresenta na sua tabela de atributos as informações da reunião como qual o tipo de pesca (Curral, Malhada, Tarrafa, Sururu, Caranguejo e Espinhel) . A ultima etapa consistiu na sobreposição de plano de informações oficiais como limite dos municípios, rodovias e o limite da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, assim como as zonas descritas no plano de manejo da unidade. O resultado foi a elaboração dos mapas finais que representam do território de uso dos pescadores da Vila.

O primeiro mapa espacializado foi vetorizado é apresentado no mapa 8, foi identificado os seguintes locais de pesca de Curral, pesca com malhadeira, pesca com espinhel, pesca com curral/malhadeira pesca do Camarão e locais de retirada de caranguejo e camarão.

A pesca com curral está localizada em diversos pontos da região do Salgado sendo mapeada a região da Baía do Caeté nos pontos próximo a praia da Ajuruteua, na Baía do Miaú na região do Taperaçu e na região da Ilha Canela na chamada Barra do Canela no limite da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu.

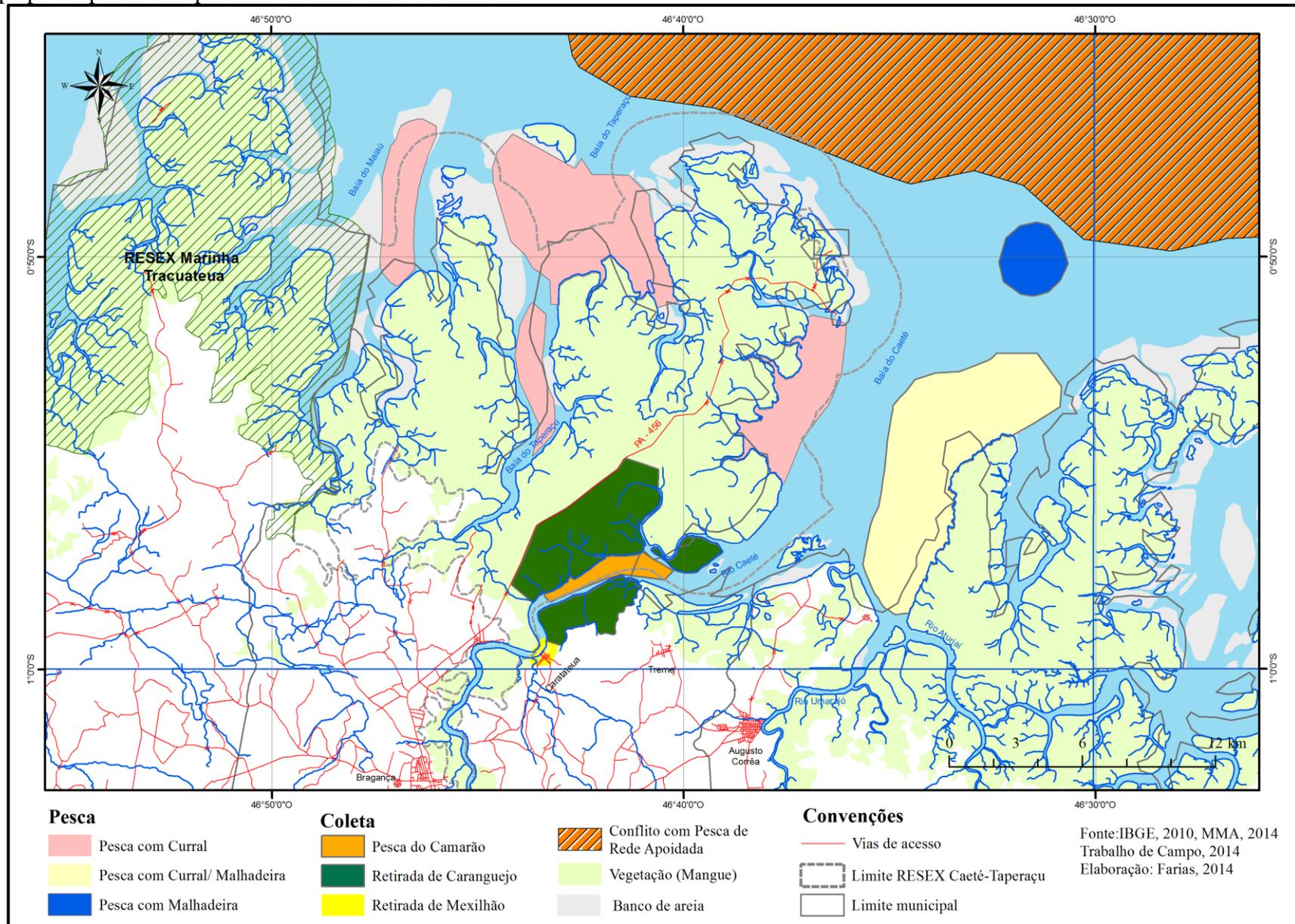
A pesca com malhadeira foi localizada na região da Barra de Ajuruteua na baía do caeté e na Barra do Canela, os principais pescados são Corvina, pescada, Xareu, Cavala. Foi identificada uma zona mista com a prática da pesca com malhadeira e curral, esta foi identificada na região da baía do Caeté nas proximidades da Croa comprida nos limites dos municípios de Bragança e Augusto Corrêa. A outra área é na região da ilha Canela.

A pesca do camarão foi identifica no Rio caeté nas proximidades da Vila na região da Salina, Taici. Estas áreas estão dentro do limite da RESEX. Assim como a extração do Sururu que é realizada nos mangues próximos a vila e na região do Taici. A extração do Caraguejo é realizada nos manguezais próximo a Vila assim como na região do Taici e Furo do Jabuti na região da Salina dentro dos limites da RESEX. Enquanto a pesca com espinhel foi pouco abordada pelos pescadores, contudo fora informado que ela é praticamente usada junto com a pesca de malhadeira na Barra de Bragança.

Ressalta-se que durante a oficina os pescadores relataram e mapearam o local, na qual há conflito com outros pescadores de Bragança que pescam utilizando reder apoidada, o na região da RESEX que é proibida e portanto os pescadores pedem maior fiscalização nestas áreas próxima a praia da Ajuruteua e na Barra de Bragança.

Observa-se no mapa 8 que as áreas com pesca de curral e extrativismo de caranguejo é realizada dentro dos limites da RESEX, demonstrando o uso da área pelos pescadores da Vila de Caratateua.

Mapa 8. Mapa participativo dos pescadores da Vila de Caratateua.



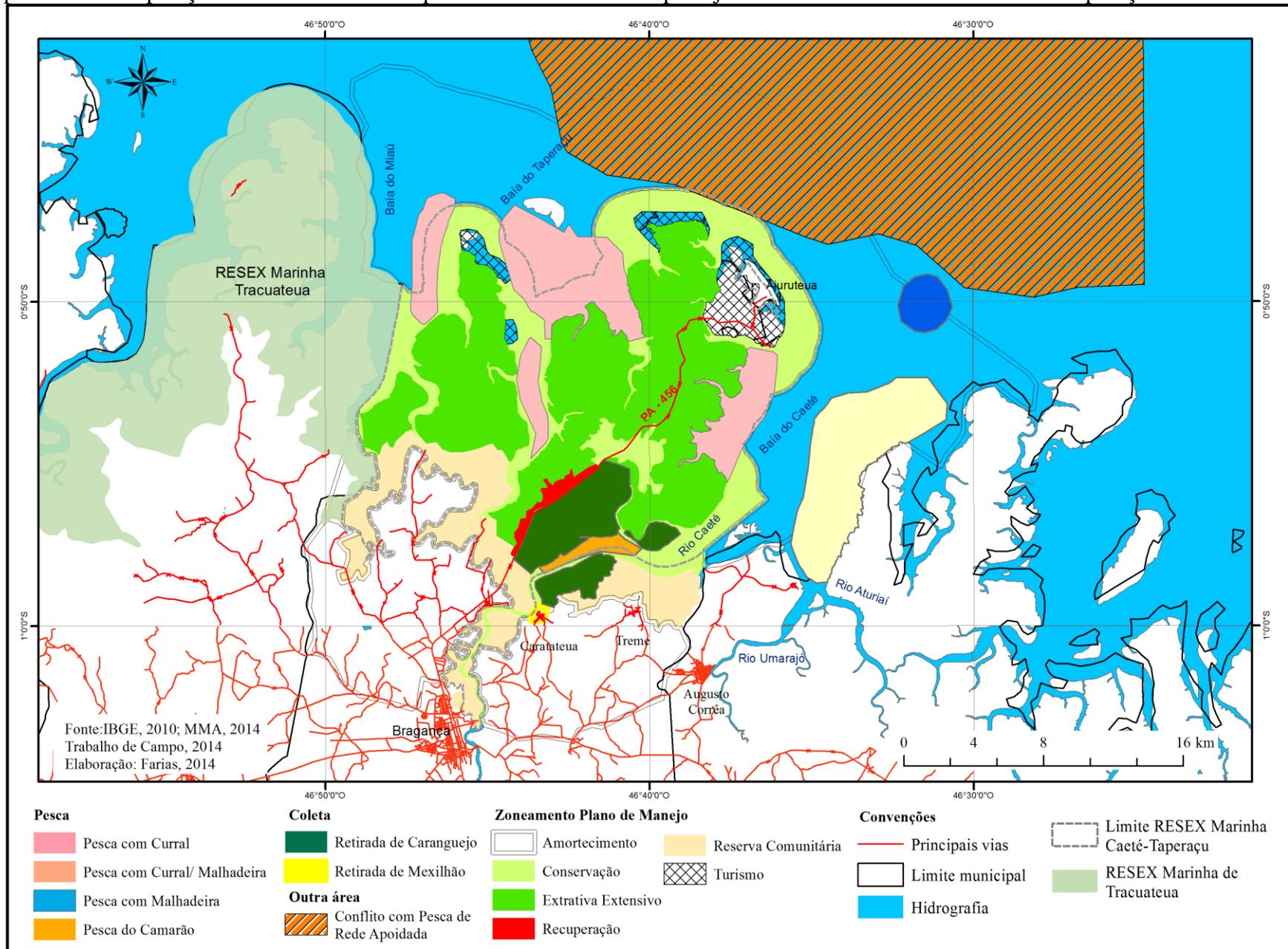
Quando sobrepostos às áreas mapeadas com o zoneamento proposto pelo Plano de manejo (Mapa 9), observa-se que as áreas de currais, pesca de curral e malhadeira e de pesca do camarão estão presentes na áreas de conservação da unidade que prevê o uso controlado de currais e malhadeiras para a captura de espécies. Destacamos o fato de toda a área de conservação ser a parte dos rios e furos o que necessária atinge os pescadores, não somente de Caratateua como também das demais comunidades da RESEX.

A extração de caranguejo e Sururu está na zona de extrativismo extensivo e zona de reserva comunitária. A primeira zona compreende as áreas destinadas ao extrativismo tradicional e ao uso múltiplo sustentável dos recursos naturais comuns da RESEX, observa-se que estas zonas cumprem o que está determinado no planejamento da unidade pois estas áreas são utilizadas pelas comunidades.

Destacamos que a área que os pescadores afirmam ter a pesca com rede apoiada está localizada na Zona de Amortecimento de unidade e portanto são áreas sob jurisdição do ICMBio e o mesmo pode intervir nesse conflito entre os pescadores da Caratateua e os pescadores de Bragança.

Com base no mapeamento realizado junto aos pescadores e as Zonas de Planejamento da RESEX, pode-se observar que os pescadores da Vila de Caratateua utilizam o território da unidade para a pesca e o extrativismo do caranguejo e sururu e essas atividades que mantém a economia dos moradores e, portanto, estes são beneficiários da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu.

Mapa 9. Mapa com a sobreposição das áreas de uso dos pescadores e as zonas de planejamento da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu.



Fonte: Trabalho de campo, 2014

Os mapas elaborados a partir do conhecimento dos pescadores da Vila de Caratateua, podemos observar o seu território de uso e ocupação do espaço e a sua sobreposição em relação ao território delimitado pelo Estado através da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu. As áreas zoneadas do plano de manejo colocam em risco a produção dos pescadores, haja visto que na áreas de conservação, é onde estão localizadas a áreas de curral dos pescadores e como dito anteriormente na vila temos pescadores que trabalham somente com a retirada dos recursos pesqueiros e com a restrição ao uso do território a sua atividade está ameaçada.

A área de conflito entre os pescadores da vila e outros pescadores que utilizam rede apoiada encontra-se na zona de amortecimento e portanto é responsabilidade da gestão da unidade a fiscalização sobre as formas de pesca utilizadas na área afim de que não prejudiquem os moradores e beneficiários da unidade

Outra questão é que a Vila está na Zona da Amortecimento e o mapeamento participativo evidencia o uso da área da RESEX e portanto os moradores da Vila de Caratateua devem ser considerados usuários da unidade e receber os benefícios previstos na lei para assentamento rurais , haja visto que as reservas extrativistas federais são consideradas assentamentos rurais pelo INCRA.

Portanto quando sobreposto o zoneamento proposto pelo plano de manejo e as área de uso dos recursos dos pescadores, temos que áreas importantes para a pesca de curral e malhadeira está restrita a retirada dos recursos prejudicando os moradores que sobrevivem da pesca e extração do caranguejo e sururu, sendo importante revisar a proposta de zoneamento da área de reserva levando em consideração o território de uso o que poderá ajudar na gestão participativa da RESEX, sendo importante realizar esta metodologia em outras comunidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se demonstrar por meio da metodologia da cartografia participativa, espacializar o território de uso dos recursos dos pescadores da Vila de Caratateua que anterior à criação da RESEX era de uso múltiplo e após a sua criação estes permanecem a utilizar o território, apesar de estarem localizados na Zona de Amortecimento da unidade.

O trabalho apresentou algumas dificuldades relacionadas a logística e ao trabalho em grupo, devido dependermos da participação de comunitários, a mobilização dos pescadores seja por desamino em participar de reuniões ou pela incompatibilidade do calendário de trabalho dos pescadores ser diferente ao nosso, porque ele é regido pela maré e das fases da lua. Para tanto tivemos que escolher períodos determinados, na qual encontraríamos os pescadores em terra, que acontece no tempo do quarto crescente ou minguante, quando a maré está mais baixa.

Apesar das dificuldades o trabalho foi concluído e irá contribuir para um maior conhecimento sobre o território dos pescadores de Caratateua, pois a pesca é a principal atividade econômica. Com a utilização de Currais, Malhadeira, Espinhel e Tarrafas para pesca de espécies como Pescadinha Gó, Pescada Amarela, Corvina, Cangatá entre outros juntamente com a pesca é realizada o extrativismo do caranguejo e sururu nos mangues da região. Durante a pesquisa constatou-se que há pescadores que trabalham diretamente com o pesca, assim como os que trabalham com a pesca e o extrativismo e os pescadores que trabalham com o extrativismo, contudo estes trabalhadores utilizam a área da RESEX para sua sobrevivência.

Resalta-se que este trabalho não tem o objetivo de propor a posse privada do território, e sim comprovar o uso coletivo da área por uma comunidade, havendo a necessidade do uso da metodologia participativa juntamente com o cadastro dos moradores vilas para a sua classificação como usuários. Portanto passíveis de receber os benefícios previstos na portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário nº 3 de 03/10/2008, que prevê aos moradores de Reserva Extrativista e Reservas de Desenvolvimento Sustentável o mesmo direito dos assentados em assentamento da reforma agrária.

Com base em oficinas de mapeamento junto com os pescadores da vila fora diagnosticado que território de uso dos mesmos é extenso, contudo se sobrepõe com o

território da RESEX, demonstrando o uso da área da reserva pelos pescadores e portanto estes podem ser considerados usuários. Contudo é importante salientar que fora trabalhada apenas uma comunidade da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu.

Esta atividade pode ser replicada nas demais comunidades da reserva, devido ser uma metodologia rápida e de fácil manuseio e também por ter informações da região em bases de dados cartográficos o que auxilia na elaboração das oficinas, estas atividade podem apresentar o mesmo propósito de representar o território de uso dos pescadores.

Com relação a gestão da unidade a cartografia participativa ajudará no caráter participativo da gestão uma vez que os próprios usuários iram apresentar o seu território e o gestor da unidade possuirá que podem Podendo ser utilizada como subsídios para a atualização das zonas do plano de manejo assim como para outras ações para a gestão dos recursos das comunidades da RESEX.

Durante a elaboração dos mapas finais observou-se que o planejamento proposto pelo plano de manejo está fora da realidade da comunidade, pois restringe o acesso e a utilização dos recursos que é a principal fonte de renda dos moradores, como é o caso das áreas de curral que está localizada nas áreas de conservação não permitindo este tipo de pesca, porém esta prática ocorre anteriormente a criação da RESEX e portanto a unidade deve conciliar a conservação e os apetrechos de pesca dos moradores da região.

Este mapeamento poder ser utilizado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores como um subsídio técnico e participativo para a campanha do território dos pescadores que está sendo proposta uma lei para a conservação do território dos pescadores artesanais e a cartografia participativa pode ser uma ferramenta que afirme as comunidades pesqueiras ao seu território de uso.

Portanto a Cartografia que está intimamente ligada ao território e ao poder sobre ele, pode representar as territorialidades de comunidades que anteriormente eram marginalizadas do processo de representação, devido a cartografia ser exclusiva aos objetivos da classe dominantes, contudo com a teoria critica e o aumento da tecnologia as comunidades puderam representar o seu território de uso e propor novas ações que lhe garantam o direito como cidadãos e diminuir a desigualdade. Nesta nova cartografia poder reduzir os vazios cartográficos de algumas localidades em especial na Amazônia, uma as ultimas fronteiras cartográficas dos Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, et al; Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu Volume I. Diagnóstico da Unidade de Conservação. Brasília ICMBio.109 p. 2012

_____ ; Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu Volume II. Planejamento das Unidades. Brasília ICMBio.109 p. 2012

ACSELRAD, H.(org.); Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro. IPPUR/ UFRJ, 2008

_____ ; Cartografias sociais e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. UFRJ. Rio de Janeiro. 2010

ACSELRAD, H.; COLI, L. R.; Disputas Territoriais e Disputas Cartográficas; IN: Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro. 2008.

ALMEIDA, A. W. B. Identidade, Territórios e Movimentos Sociais na Pan –Amazônia. In: *Populações Tradicionais: questões de terra na Pan-amazônia*. Belém. UNAMAZ, 2006.

_____ Conhecimentos tradicionais “Uma nova agenda de temas e problemas. conflitos entre o poder das normas e a força das mobilizações pelos direitos territoriais”.; In: Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia. Vol. 1. Nº 1. Manaus. 2010.

ALMEIDA, M. C. E. de; O lugar da mulher na apropriação e uso do recursos naturais e nas atividades produtivas em Caratateua, Bragança, Pará, Brasil. UFPA. Bragança, 2012.

ALEGRE, M.; Considerações em torno da natureza da cartografia. In: Boletim do Departamento de Geografia, n. 1, v. 1, 1964.

ALLEGRETTI, M. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. IN: ANDERSON et al, O Destino da Floresta, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1994.

ANDERSON, P. S; Princípios da cartografia básica. vol. 1, 1982.

ARCANJO,C. de S; Segurança Ambiental: mapa de riscos ambientais da pesca artesanal com espinhel, litoral nordeste do Pará. Dissertação de Mestrado. NUMA/UFPA, Belém 2010.

BRASIL, Lei nº 9.985, de 15 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

BRASIL, Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras.

BALLARINI, D. H.; A percepção dos moradores de Caratateua em relação à reserva extrativista marinha Caeté-Taperaçu, Bragança, Pará, Brasil. 2012. 69 f. : Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Bragança, 2012.

BARRETO F. H. T. Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira, Tese de Doutorado em Antropologia Social IFCHUSP, São Paulo, 2001.

BECKER, B. K.; Novas Territorialidades na Amazônia: Um desafios às políticas públicas; Boletim Museu Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol.5 n.1. p 17-23. Belém, 2010.

BORD, J. P.; BAUDEL, P. R.;(dirs). *Les carte de la connaissance*. Paris : Karthala, 2004.

CARDOSO, E. S.; Pescadores Artesanais: Natureza, território e movimento social; Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 2001.

_____, Pescadores; Geografia e Movimento Social. In: X Encontro de Geógrafos da America Latina, São Paulo, 2005

CARRILLO, K.; QUIROZ, G. NÚÑES, J. M. ; Elementos de Cartografía Participativa. Centro de investigación em Geografía y Geomática. 2012.

CARVALHO, E. A.; Cartografia, Geopolítica e Poder. In: Sociedade e Território. Natal, v. 12, n. 1, p. 20-33, jan./jun. 1998.

COLCHESTER, M.; O mapeamento como ferramenta para garantir o controle comunitário: alguns ensinamentos do sudeste asiático. In: WRM Boletim nº 63. Outubro de 2002.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA; resolução Nº 013 de 06 de dezembro de 1990. Regulamenta normas referentes ao entorno das Unidades de Conservação visando a proteção dos ecossistemas ali existentes.

CHAMY, P. Reservas Extrativistas Marinhas: Um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade. In: IV Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS. Brasília, 2008.

CUBIDES, H. Y. P.; *La cartografía social como instrumento metodológico em los procesos de construcción de territorio a partir de la participación ciudadana em la planeación territorial y la construcción del espacio público*. Pontificia Universidad Javeriana. Bogota. 2009.

CUNHA, A. S.; Fragmento de território de pesca na Amazônia: Comunidade Segredinho/ Capanema, Pa; Dissertação de Mestrado. NUMA UFPA. Belém, 2011.

FILHO, M. J.; Elementos da cartografia: técnica e história. Vol. 1. Belém. 1993.

FITZ, P. R.; Cartografia Básica. São Paulo, Oficina de Textos. 2008

FREITAS, E. P. de; Uma análise do ensino da geografia utilizando as representações cartográficas no 2º ciclo nas escolas públicas de Natal – RN. Natal. UFRN. 2005.

FONDS INTERNATIONAL de DÉVELOPPEMENT AGRICOLE – FIDA; Cartographie Participative et Bonnes Pratiques; 2009.

FURTADO, L. G. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. IN: Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Nova série: Antropologia, Belém –PA (79) 1-50, 1981.

- GEORGE, P.; Les méthodes de la Geographie. Paris, 1970.
- GUEDES, E. B.; Território e territorialidade de pescadores nas localidades Céu e Cajuína Soure-PA; Dissertação de Mestrado. UFPA, 2009
- HAESBAERT, R.; Dos Múltiplos Territórios a Multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4ª Ed 2009.
- HERLIHI, P. H.; KNAPP, G.(eds.); *Maps of, by and for the Peoples of Latin America*. Human Organization. In: Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Atlas geográfico escolar. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/atlascolar/apresentacoes/historia.swf>. Acesso em: 08 de Abril de 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Censo demográfico de 2010, microdados do universo disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_universo.shtml. Acesso em março 2014.
- JÚNIOR, P. L. T. P.; Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará. IN: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Belém 2007.
- LIMA, M. V. da C.; COSTA, S. M. G da; Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia; In: Revista Geografares, nº12, p.76-113, Julho, 2012
- LYNCH, B. D.; Marking Territory and Mapping Development. 6th Annual Conference of the International Association for the Study of Common Property. Berkeley, CA. June 5-8, 1996
- LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Brasília. 2002.
- MARIANI, M. A. P.; ARRUDA, D. de O.; Território, Territorialidade e Desenvolvimento Local: Um estudo de caso dos empreendimentos econômicos solidários de Corumbá/MS. In: 48º Congresso SOBER, Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 2010
- MARTINELLI, M. Mapas da geografia e cartografia temática. 6. Ed. Ampl. E atual. – São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. Cartografia temática: Caderno de mapas.- São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 2003.
- MELO, N. M. de B.; A cultura do pescador de Alagoas; Maceió: Departamento de Assuntos Culturais – SEC 1984.
- MORAES, S. C de; Saberes da Pesca ; Uma arqueologia da ciência da tradição. UFRN, 2005

_____ : Colônias de pescadores e a luta pela cidadania. Disponível em <http://cppnorte.files.wordpress.com/2011/08/colc3b4nias-de-pescadores-e-a-luta-pela-cidadania>. Acesso em junho de 2013.

MORALES, M. R.; A evolução dos mapas através da história. Tradução. CORRÊA, I. C.S. Porto Alegre-RS: UFRS, 2008.

MOREIRA, A. de C. C.; Reserva extrativista do Bairro Mandira – a viabilidade de uma incerteza. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

MOURÃO, K. R. M.; FRÉDOU, F. L.; ESPÍRITO SANTO, R. V.; ALMEIDA, M. C.; SILVA, B. B.; FRÉDOU, T.; ISAAC, V. Sistema de produção pesqueira pescada amarela - Cynoscion acoupa, Lacèpede (1802): um estudo de caso no litoral nordeste do Pará – Brasil. B. Inst. Pesca, V. 35, n. 3, 2009, p. 497 – 511

MOVIMENTO PASTORAL DOS PESCADORES - MPP; Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Disponível em: <http://campanhaterritorio.blogspot.com.br/2013/04/campanha-nacional-pela-regularizacao-do.html>. Acesso em março de 2014.

NACIF, A. M. P.; Pesca artesanal aspectos, sócio econômicos e culturais – O caso de Marudá/PA. IN: Estudos do NUMA, n. 5. UFPA. Belém 42p. 1994.

QUEIROZ, A. R. S. de; VEIGA, M; Análise dos impactos sociais e à saúde de grandes empreendimentos hidrelétricos: lições para uma gestão energética sustentável. In: Ciência & Saúde Coletiva, 2012.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática. 1993.

ROBISON, A. H.; *Early thematic mapping in the history of cartography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982

_____ ROBISON, A. H.; et al. *Elements of cartography*. 5. ed. Nova York: Wiley, 1985

SACK, R. D.; *Human territoriality: Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SALES, R. J. R.; MOREIRA, A. C. C; Reservas extrativistas no complexo estuarino-lagunar de Iguape e Cananéia – Domínio Mata Atlântica. Série Documentos e Relatório de Pesquisa nº 22, São Paulo, Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB – USP).

SAKITANI, I; Geografia e cartografia do turismo; São Paulo. USP. 2006.

SALICHTCHEV, K. A. Cartografia. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1979.

SANN, J. G. le; O papel da cartografia temática nas pesquisas ambientais. In: Revista do Departamento de Geografia. São Paulo, 2005.

SANTOS, M.; Por uma geografia nova: Da crítica da geografia a uma Geografia Crítica. Editora Hucitec 3º ed. São Paulo, 1986

_____ ; Por uma outra globalização. São Paulo: Record, 2000

SAQUET, M. A. Os tempos e os territórios da colonização italiana: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre:Edições EST,2003.

_____.Cartografia temática: Caderno de mapas.- São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 2003.

SIMÕES, A.; SIMÕES, L. H. R. 2005. Os desencontros dos diversos agentes sociais na gestão dos recursos naturais: um campo de mediação a ser construído. In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. (Orgs.). 2005. Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal. Belém: NUMA/MADAM/UFPA.

SOUZA-FILHO, P. W. M. & EL-ROBRINI, M.. 1996. Morfologia, processos de sedimentação e litofácies dos ambientes morfo-sedimentares da planícies costeira bragantina, nordeste do Pará, Brasil. Geonomos, 4:1-16.

SOUZA-FILHO, P.W.M.; PARADELLA, W.R. Use of RADARSAT-1 Fine and Landsat-5 TM selective principal component analysis for geomorphological mapping in a macrotidal mangrove coast, Amazon Region. Canadian Journal of Remote Sensing, v. 31, p. 214-224, 2005.

FILHO, J. B. F.; SOARES, N. L.; Reservas Extrativistas Marinhas e o II Plano Nacional de Reforma Agrária viram trampolins político no litoral do Pará; In: XVI Encontro dos Geógrafos. Porto Alegre, 2010

CHAPIN, M.; LAMB, Z.; THRELKELD, Bill;Cartographier les territoires autochtones; In: L' annual Review of Antropology, 2005

WEINSTEIN M. 1976. *What the Land Provides: An Examination of the Fort George Subsistence Economy and the Possible Consequences on it by the James Bay Hydroelectric Project*. Montreal: Grand Council. Cree. 255 pp.

RAIZ, E.; Cartografia Geral. Tradução Schneider n. m.; NEVES, P. A.M; . Rio de Janeiro: Editora Científica, 1969

ROBISON, A. H.; *Early thematic mapping in the history of cartography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982

_____. ROBISON, A. H.; et al. *Elements of cartography*. 5. ed. Nova York: Wiley, 1985

SCHNEIDER, S.; TARTATRUGA, I. G.P.; Território e Abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. In: Raízes: Revista de Ciências Sociais, Campina Grande/ Paraíba, Universidade Federal Campina Grande, Vol 23, nº 01 e 02, p.99-117, jan-dez 2004.

VALE, A. L. F; SAQUET, M. A; SANTOS, R. A. dos; O Território: diferentes abordagens e conceitos chave para a compreensão da migração. In: Revista Faz Ciência.2005. Disponível em www.e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/download/73805429+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br

WEINSTEIN M.. What the Land Provides: An Examination of the Fort George Subsistence Economy and the Possible Consequences on it by the James Bay Hydroelectric Project. Montreal: Grand Council. 1976

ANEXOS

ANEXO I – DECRETO DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERACU.

DECRETO DE 20 DE MAIO DE 2005.

Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e o que consta do Processo nº 02018.004600/1999-51,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, Estado do Pará, abrangendo uma área de aproximadamente quarenta e dois mil, sessenta e oito hectares e oitenta e seis centiares, tendo por base as Folhas SA-23-V-A e AS-23-V-C, na escala 1:250.000, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 46°36'19.48" WGr e 0°56'3.76" S, localizado no Oceano Atlântico, em águas territoriais brasileira, segue por uma reta de azimuth 231°43'02" e distância aproximada de 1.609,46 metros até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 46°37'0.36" WGr e 0°56'36.20" S, localizado na linha divisória entre os Municípios de Augusto Corrêa e Bragança, no limite do terreno de marinha, na foz do Rio Caeté; deste, segue pelo limite municipal, pelo Rio Caeté no sentido montante, por uma distância aproximada de 17.118,12 metros, até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 46°43'41.97" WGr e 0°59'38.90" S, localizado na margem direita do Rio Caeté, sobre o limite municipal; deste, segue o limite da zona terrestre de mangue, margeando o Rio Caeté, por uma distância aproximada de 10.695,10, metros até o Ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 46°45'14.96" WGr e 1°03'09.54" S, localizado na margem direita do Rio Caeté; deste, segue para a margem esquerda do Rio Caeté, no sentido jusante, pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 19.308,79 metros, até o Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 46°44'54.58" WGr e 0°57'55.50" S, localizado no Igarapé Raimundo; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 7.739,27 metros, até o Ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 46°47'12.23" WGr e 0°57'23.56" S, localizado no Rio Taperaçu; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 12.087,35 metros, até Ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 46°46'55.36" WGr e 0°54'39.59" S, localizado no Rio Velho; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 13.291,77 metros até Ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 46°48'38.26" WGr e 0°57'55.64" S, localizado no Furo do Jabotiteua, tributário do Rio Maniteua; deste, segue pela margem esquerda do Furo do Jabotiteua, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 3.470,29 metros, até o Ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas 46°49'25.99" WGr e 0°56'32.67" S, localizado na margem direita do Rio Maniteua sobre a linha divisória dos Municípios de Bragança e Tracuateua; deste, segue pelo limite municipal, pelo Rio Maniteua, no sentido jusante, por uma distância de 14.586,88 metros, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 46°47'43.06" WGr e 0°50'18.48" S, localizado na foz do Rio

Maniteua, no limite do terreno de marinha; deste, segue por uma reta de azimute 08°30'25" e distância aproximada de 1.609,71 metros, até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 46°47'35.35" WGr e 0°49'26.66" S, localizado no Oceano Atlântico, em águas territoriais brasileiras; deste, segue por uma linha equidistante de uma milha náutica da linha da costa, por uma distância aproximada de 55.022,35 metros, até o Ponto 1, início desta descritiva, perfazendo um perímetro aproximado de cento e setenta e sete mil, cento e vinte metros e sessenta centímetros.

Parágrafo único. Ficam excluídas do polígono descrito no caput deste artigo:

I - Uma área de aproximadamente duzentos e sessenta e dois hectares e setecentos e oitenta centiares, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto A1, de coordenadas geográficas aproximadas 46°37'19,05" WGr e 0°49'13,64" S, localizado na margem direita do Furo da Estiva, segue a montante pelo Furo da Estiva, por uma distância aproximada de 3.151 metros, até o Ponto A2, de coordenadas geográficas aproximadas 46°36'41.50" WGr e 0°50'16.95" S, na confluência do Furo da Estiva com o Furo do Maguari; deste, segue pela margem esquerda do Furo Maguari, no sentido jusante, por uma distancia aproximada de 1.991 metros, até a sua foz no Oceano Atlântico, Ponto A3, de coordenadas geográficas aproximadas 46°35'58.51" WGr e 0°50'25.69" S; deste, segue pelo limite da preamar máxima, por uma distância aproximada de 3.575 metros, ao longo da costa da localidade Ajuruteua, até o Ponto A4, de coordenadas geográficas aproximadas 46°36'53.33" WGr, 0°48'46.21" S; deste, segue a montante, pela margem direita do Furo do Chavascal, por uma distancia aproximada de 1.574 metros, até o Ponto A1, início desta descritiva, perfazendo um perímetro de aproximadamente dez mil, duzentos e noventa metros e setenta e cinco centímetros; e

II - a Rodovia PA 458, que interliga a sede do Município de Bragança à localidade Ajuruteua, no Estado do Pará.

Art. 2º A Reserva Extrativista ora criada tem por objetivo proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.

Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA administrar a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, adotando as medidas necessárias para a sua implantação e controle, nos termos do [art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#), providenciando os contratos de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições neles estipuladas, na forma da lei.

Art. 4º Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da [Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962](#), os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, para os fins previstos no [art. 18 da Lei nº 9.985, de 2000](#).

§ 1º O IBAMA fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata este artigo, podendo, para efeito de imissão de posse, alegar a urgência a que se refere o [art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941](#).

§ 2º A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao IBAMA, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na unidade de conservação de que trata este Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de maio de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Marina Silva

ANEXO II – PORTARIA DE CRIAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX MARINHA CAETÉ – TAPERACU.

PORTARIA Nº 17, DE 24 DE SETEMBRO DE 2007

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, de acordo com o texto da Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item IV do artigo 19, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto 6.100, de 26 de abril de 2007, ambos publicados no Diário Oficial da União do dia subsequente;

Considerando o disposto no art. 29 da Lei no- 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências;

Considerando o Decreto s/nº, de 20 de maio de 2005, que criou a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Estado do Pará; e,

Considerando as proposições feitas no Processo Ibama no02001.001116/2007-66, resolve:

Art.1º Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação.

Art.2º O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu é composto pelas seguintes representações:

- I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
- II - Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR;
- III - Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS;
- IV - Movimento dos Pescadores do Pará - MOPEPA;
- V - Igreja Católica / Diocese de Bragança - PA;
- VI - Igreja Evangélica Assembléia de Deus - Bragança - PA ;
- VII - Colônia de Pescadores de Bragança - Z-17;
- VIII - Sindicato dos Pescadores Artesanais de Bragança - PA ;
- IX - Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu - ASSUREMACATA;
- X - Pólo de Tamatateua;
- XI - Pólo Centro;
- XII - Pólo Caratateua;
- XIII - Pólo Acarajó;
- XIV - Pólo Treme;
- XV - Pólo Bacuriteua;
- XVI - Pólo Ajuruteua;
- XVII - Prefeitura Municipal de Bragança - PA;
- XVIII - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará - EMATER;
- XIX - Marinha do Brasil / Capitania dos Portos da Amazônia Oriental - CPAOR;
- XX - Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará - SECTAM;
- XXI - Universidade Federal do Pará - UFPA;

XXII - Tribunal de Justiça do Estado do Pará / Comarca de Bragança; e
XXIII - Câmara de Vereadores de Bragança - PA.

§ 1º O Conselho Deliberativo será presidido por servidor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, indicado pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e

Populações Tradicionais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

§2º O titular e o suplente do Instituto Chico Mendes deverão ser indicados pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais da Autarquia.

Art.3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista serão fixados em regimento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de até 90 dias, contados a partir de sua posse, em data a ser marcada após a publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art.4º Toda e qualquer alteração na composição do Conselho Deliberativo deve ser registrada em Ata de Reunião Ordinária da Assembleia Geral e submetida à decisão dessa Presidência.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

ANEXO III – POLOS E COMUNIDADES DA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERAÇU.

Polo	Comunidades
Pólo Cidade	Bairro Alegre
	Bairro da Aldeia
	Bairro Cereja
	Bairro do Morro
	Bairro Perpétuo Socorro
	Bairro Riozinho
	Bairro da Vila Sinhá
Pólo Bacuriteua	Comunidade da America
	Comunidade do Bacuriteua
	Comunidade Castelo
	Comunidade Pontinha do Bacuriteua
	Comunidade Taperaçu Porto
	Comunidade Vila do Meio
Pólo Acarajó	Comunidade do Acarajó Grande
	Comunidade Vila Rica
	Comunidade do Acarajózinho
	Comunidade do Inanbucuí
	Comunidade São Benedito
	Comunidade Piçarreira
Pólo Ajuruteua	Comunidade do Campo do Meio
	Comunidade Vila Bonifácio
	Comunidade Vila dos Pescadores
Pólo do Campo	Comunidade Bom Jardim
	Comunidade Abacateiro
	Comunidade Cafezal
	Comunidade Cajueiro
	Comunidade Cariambá
	Comunidade do Ferreira
	Comunidade do Lago
	Comunidade do Lago do Povo
	Comunidade do Maçarico
	Comunidade da Ponta da Areia

	Comunidade de São Bento
	Comunidade São José
	Comunidade São Tomé
	Comunidade do Urubuquara
Pólo Tamatateua	Comunidade do Patalino
	Comunidade do Porto da Mangueira
	Comunidade do Retiro
	Comunidade da Serraria
	Comunidade do Taperaçu Campo
Pólo Caratateua	Comunidade do Tamatateua
	Comunidade do Camuta
	Comunidade do Caratateua
	Comunidade do Rio Grande
	Comunidade do Sítio Grande
	Comunidade do Taquateua
	Comunidade Vila que Era
Comunidade da Vida Lucas	
Pólo Treme	Comunidade do Chaú
	Comunidade Aciteua
	Comunidade do Eldorado
	Comunidade do Jundiáí
	Comunidade da Pimenteira
	Comunidade do São Domingos
	Comunidade da Vila Nova
Comunidade do Treme	

ANEXO IV. LISTA DE FREQUÊNCIA DA OFICINA DE MAPEAMENTO REALIZADA
NA VILA DE CARATATEUA.

Adhemar de M. Farias Reis.
 Manoel Silva Farias
 João da Silva Barges
 Luiz Gomes.
 EDEVALDO LUIZ DA COSTA
 MARCOS RODRIGUEZ RAIO SILVA
 DEMYSON A. SARA CARREIRA
 Ailton Ferreira da Silva
 Leando Antônio Farias de Sousa
 Antonio Maria
 Joaquim dos silvação
 DEVENI RAIO DOS REI
 Manoel DOS SANTOS SILVA.
 ADIR JOSÉ SOUSA DE BRITO
 Vanilson dos Reis Gabriel
 Luiz Fernando Fontes Loria
 Anderson Silva.
 Luiz Antonio Ferreira Prado
 REGINALDO GUTES DA SILVA
 Avelino MUCENA FARIAS
 Antonio Manoel da Silva
 Adriano Costa de Araújo
 José Fajardo da Silva
 Waltacy Pereira de Sousa
 Antonio Lino de Melo
 Cleidson da Silva Romão
 JARLON FARIAS RAIO
 João Diego Ferreira Carreira
 André L. Sousa Figueira
 Waldemir Sousa de Brito

- THIAGO SILVA DOS REIS.
- JOÃO MILTON DA SILVA NASCIMENTO
- RONILTON SOARES MIRANDA,